

número 1
ano 1
dez 2013

desi.dades

REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

1

des;dades

REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

REALIZAÇÃO



NIPIAC
Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio
para a Infância e a Adolescência Contemporâneas

APOIO



PARCEIROS



apresentação

DESIDADES é uma revista eletrônica de divulgação científica na área da infância e juventude. É uma publicação trimestral, avaliada por pares, do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas – NIPIAC, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, comprometida com a divulgação do conhecimento científico além dos muros da universidade.

Publica artigos originais, entrevistas e resenhas que se destinem a discutir criticamente, para um público amplo, aspectos da infância e da juventude frente a seu processo de emancipação. Uma seção de Informações Bibliográficas tem por objetivo difundir as publicações recentes sobre infância e juventude

no âmbito das ciências sociais e humanas. Uma versão em português e outra em espanhol da seção estão disponíveis para os leitores. A publicação pretende ser um meio eletrônico de difusão de debates e ideias no espaço latino-americano para todos os que queiram ser instigados a refletir sobre os desafios e as dificuldades de viver sendo criança ou jovem no contexto das sociedades atuais.

DESIDADES significa, como escolha do título da revista, que as idades, como critérios fixos que naturalizam comportamentos, habilidades e modos de existência segundo uma temporalização biográfica linear, precisam ser problematizadas de modo a permitir novas abordagens, perspectivas e diálogos sobre as relações entre os grupos geracionais.

equipe editorial

EDITORA CHEFE

Lucia Rabello de Castro

EDITORAS ASSOCIADAS

Lucia Lehmann

Sônia Borges Cardoso de Oliveira

EDITORES ASSISTENTES

Alexandre Bárbara Soares

Felipe Salvador Grisolia

Suzana Santos Libardi

EQUIPE TÉCNICA

Isa Kaplan Vieira

Juliana Siqueira de Lara

Laiz Prestes Carneiro

Paula Pimentel Tumolo

Polyana Alves de Oliveira

REVISORA

Sheila Kaplan

TRADUTORA

Marcela Santos

CONSELHO CIENTÍFICO NACIONAL

Alfredo Veiga-Neto	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Alexandre Simão de Freitas	Universidade Federal de Pernambuco
Ana Cristina Coll Delgado	Universidade Federal de Pelotas
Ana Maria Monteiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Angela Alencar de Araripe Pinheiro	Universidade Federal do Ceará
Anna Paula Uziel	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Carmem Lucia Sussel Mariano	Universidade Federal de Mato Grosso
Clarice Cassab	Universidade Federal de Juiz de Fora
Claudia Mayorga	Universidade Federal de Minas Gerais
Cristiana Carneiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Diana Dadoorian	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Dorian Monica Arpini	Universidade Federal de Santa Maria
Elisete Tomazetti	Universidade Federal de Santa Maria
Fernanda Costa-Moura	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Flavia Pires	Universidade Federal da Paraíba
Gizele de Souza	Universidade Federal do Paraná
Heloísa Helena Pimenta Rocha	Universidade Estadual de Campinas
Iolete Ribeiro da Silva	Universidade Federal do Amazonas
Jader Janer Moreira Lopes	Universidade Federal Fluminense
Jaileila de Araújo Menezes	Universidade Federal de Pernambuco
Jailson de Souza e Silva	Universidade Federal Fluminense
Jane Felipe Beltrão	Universidade Federal do Pará
Juarez Dayrell	Universidade Federal de Minas Gerais
Juliana Prates Santana	Universidade Federal da Bahia
Leandro de Lajonquière	Universidade de São Paulo
Leila Maria Amaral Ribeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Lila Cristina Xavier Luz	Universidade Federal do Piauí
Marcos Cezar de Freitas	Universidade Federal de São Paulo
Marcos Ribeiro Mesquita	Universidade Federal de Alagoas
Maria Alice Nogueira	Universidade Federal de Minas Gerais
Maria Aparecida Morgado	Universidade Federal de Mato Grosso
Maria Helena Oliva Augusto	Universidade de São Paulo
Maria Ignez Costa Moreira	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Maria Lucia Pinto Leal	Universidade de Brasília
Marlos Alves Bezerra	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Marta Rezende Cardoso	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mirela Figueiredo Iriart	Universidade Estadual de Feira de Santana
Myriam Moraes Lins de Barros	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Nair Teles	Fundação Oswaldo Cruz/ Universidade Eduardo Mondlane
Patrícia Pereira Cava	Universidade Federal de Pelotas

Rita de Cassia Fazzi	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Rita de Cassia Marchi	Universidade Regional de Blumenau
Rosa Maria Bueno Fischer	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rosângela Francischini	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Silvia Pereira da Cruz Benetti	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Solange Jobim e Sousa	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Sonia Margarida Gomes Sousa	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Telma Regina de Paula Souza	Universidade Metodista de Piracicaba
Vera Vasconcellos	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Veronica Nascimento	Universidade Federal do Cariri

CONSELHO CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Adriana Aristimuño	Universidad Católica del Uruguay
Adriana Molas	Universidad de la República, Montevideo
Andrés Pérez-Acosta	Universidad del Rosario, Bogotá
Alfredo Nateras Domínguez	Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa, UAM-I, México
Carla Sacchi	Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Psicología Matemática y Experimental / Universidad del Salvador
Ernesto Rodríguez	Centro Latinoamericano sobre Juventud, CELAJU, Montevideo
Graciela Castro	Universidad Nacional de San Luis, Argentina
Guillermo Arias Beaton	Universidad de La Habana, Cuba
Héctor Castillo Berthier	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México
Héctor Fabio Ospina	Universidad de Manizales, Colombia
José Rubén Castillo García	Universidad Autónoma de Manizales, Colombia
Laura Kropff	Universidad Nacional de Río Negro, Argentina
Mariana Chaves	Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Mariana Garcia Palacios	Universidad de Buenos Aires
Mario Sandoval	Universidad Católica Silva Henríquez, Chile
Norma Contini	Universidad Nacional de Tucumán, Argentina
Pablo Toro Blanco	Universidad Alberto Hurtado, Chile
René Unda	Universidad Politécnica Salesiana, Ecuador
Rogelio Marcial Vásquez	El Colegio de Jalisco, Universidad de Guadalajara, Mexico
Rosa María Camarena	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México
Silvina Brussino	Universidad Nacional de Córdoba, Argentina
Valeria Llobet	Universidad Nacional de San Martín, Argentina

índice

editorial 7

TEMAS EM DESTAQUE

Controle e medicalização da infância 11

Maria Aparecida Affonso Moysés

Cecília Azevedo Lima Collares

Sobre a invisibilidade social das juventudes rurais 22

Nilson Weisheimer

ESPAÇO ABERTO

Jovens nas ruas: as manifestações no México, Chile e Brasil 28

ENTREVISTA DE Claudia Mayorga com Rogelio Marcial E Oscar Aguilera

INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

resenhas

Juventude no século XXI: dilemas e perspectivas 45

RESENHA POR Edwiges Conceição Carvalho Corrêa

O futuro da infância e outros escritos 49

RESENHA POR Mariangela da Silva Monteiro

levantamento bibliográfico 53

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO 58

É com enorme satisfação que, em nome de toda a Equipe Editorial, trazemos ao público leitor o primeiro número do periódico . Com vistas a privilegiar o campo da infância e juventude, o periódico pretende, não somente difundir o conhecimento científico destas áreas, como também introduzir discussões que ensejem a reflexão necessária sobre questões pertinentes a esses segmentos sociais. Caracterizada por relativa invisibilidade, a contribuição de crianças e jovens à construção da sociedade desfruta de pouco reconhecimento de onde resulta a visão de que somente os adultos devem e podem traçar os destinos comuns. Criar espaços públicos de discussão de modo a problematizar perspectivas tão solidificadas, é a aposta que fazemos ao lançar este periódico.

DESIDADES é um periódico de divulgação científica avaliado por pares de periodicidade trimestral. Publicado em português e em espanhol, e contando com dois Conselhos Científicos, um nacional e outro internacional, o periódico lança o desafio da interlocução sobre as questões da infância e juventude no espaço latino-americano. Agradecemos a toda(o)s a(o)s renomada(o)s Colegas que, com muito entusiasmo, aceitaram o convite de fazer parte desta iniciativa e sua disponibilidade para o trabalho futuro.

A caracterização de divulgação científica deste periódico atende à demanda de tornar mais democrática a difusão do conhecimento científico sobre a infância e a juventude, principalmente as pesquisas desenvolvidas nas universidades e centros de investigação. Embora haja uma diversidade de veículos que difundem conhecimentos e informações sobre estas áreas, nem sempre os temas são tratados com a profundidade que merecem. A proposta da revista é aliar o tratamento profundo das questões com a comunicação escrita acessível a um público de não especialistas. Assim, pretendemos ampliar as fronteiras das discussões envolvendo aqueles que trabalham com crianças e jovens e os que os têm como alvos de suas práticas. A relevância de esgarçar as fronteiras entre especialistas e não especialistas pode contribuir para que novos imaginários sociais se produzam impactando políticas para, e realidades de, crianças e jovens.

Da mesma forma, o esgarçamento de fronteiras disciplinares se faz necessário ao tomarmos a infância e a juventude como foco de discussão. Hoje, a contribuição de todas as disciplinas humanas e sociais se faz presente no estudo da infância e juventude que necessita incorporar a pluralidade de perspectivas para alcançar compreensões amplas e multifacetadas. O periódico **DESIDADES** se respalda na concepção multidisciplinar da área e no diálogo fecundo das disciplinas

em torno da temática da infância e da juventude, o que se reflete na composição de ambos os Conselhos Científicos, nacional e internacional. Contamos que, por meio desse espaço de escrita e de difusão de ideias o debate acadêmico possa se dar de modo a realizar, de fato, a prática transdisciplinar do pensar.

A iniciativa do periódico coube ao Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Como parceiros dessa iniciativa estão o Instituto de Psicologia, o Programa de Pós-Graduação em Psicologia, a Faculdade de Educação, o Instituto de Psiquiatria e o Centro de Ciências Humanas, todos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Contamos com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) do Ministério de Ciência e Tecnologia/Brasil, e da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

De modo a propiciar uma abordagem diversa das questões da área, o periódico **DESIDADES** apresenta três seções diferentes: “Temas em Destaque”, para os artigos; “Espaço Aberto” para entrevistas; e “Informações Bibliográficas” para a divulgação de publicações da área ao longo do período em questão, assim como para resenhas. Com isso, configuramos um espaço mais heterogêneo de circulação e debate de ideias.

Neste número inaugural do periódico, o Espaço Aberto traz a entrevista conduzida pela Professora Claudia Mayorga da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, com os Professores Oscar Aguilera, da Universidade Católica del Maule, Chile, e Rogelio Marcial do Colegio Jalisco, Universidade de Guadalajara, México, sobre as manifestações juvenis que tem sacudido nossas sociedades assumindo clamores e reivindicações não apenas juvenis, mas de toda a população. Como uma configuração nova de forças, discursos e formas de ação que demanda compreensão mais profunda, estes três estudiosos do campo da juventude e política discutem as semelhanças e as diferenças desses movimentos nos três países. Além disso, os três investigadores buscam dar conta de quais especificidades marcam tais manifestações em relação a outras ocorridas em décadas passadas, ou mesmo aquelas contemporâneas, como a da Primavera Árabe, que têm surgido em outros países. No entanto, mais do que focalizar apenas nas mobilizações como um fato que clama por novas chaves de entendimento, os debatedores buscam contextualizá-las na discussão mais ampla sobre juventude: quem são e como são os jovens de hoje? O que querem? Que diferenças existem dentro desse grupo social? Como eles entendem a política e a ação política? Que projetos societários defendem e por que? Deste modo, cremos que o encaminhamento da discussão garante o aprofundamento necessário indo na contramão de perspec-

tivas aligeiradas em que falta a visão totalizadora de como este fenômeno está imbricado em outros aspectos relevantes.

A seção Temas em Destaque traz dois artigos. O primeiro “Controle e medicalização da infância” das Professoras Maria Aparecida Affonso Moysés, Titular de Ciências Médicas, e Cecília Azevedo Lima Collares, livre-docente da Faculdade de Educação, ambas da Unicamp, Brasil, analisa o processo crescente de controle da infância por meio da medicalização. As autoras partem do questionamento da naturalização dos comportamentos e da normatização decorrente utilizada para transformar as dificuldades do viver em distúrbios físicos e psicológicos. Neste sentido, a medicina exerce hoje o papel de legisladora dos comportamentos adequados, úteis e relevantes à ordem social embasada em uma concepção determinista. A medicalização recai de forma assustadora sobre a infância que se quer legislar e conter: as crianças são, crescentemente, vistas como padecendo das doenças do não-aprender que podem ser corrigidas pelo uso dos medicamentos. Como nos informam as autoras, são cada vez mais numerosas as síndromes da infância, assim como crianças que delas padecem: nos EUA em 2007 quase 5 milhões de crianças eram medicadas com Ritalina. O que tais números dizem da sociedade em que vivemos? O que mostram a respeito da infância com que se quer conviver?, perguntas que não podemos deixar de fazer sob pena de estarmos entregando o destino da convivência com as crianças às indústrias farmacêuticas. As autoras fornecem indicações sobre a cientificidade das evidências e, indo mais além, indagam sobre a restrição auto-imposta de possibilidades de futuro da nossa sociedade medicalizada.

O segundo artigo “Sobre a invisibilidade social das juventudes rurais” do Professor Nilson Weisheimer, coordenador do Núcleo de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Brasil, analisa como as juventudes rurais têm permanecido invisíveis no debate acadêmico sobre juventude, e por outro lado, como tal invisibilidade se manifesta em práticas excludentes, preconceituosas e estigmatizantes que fazem dos jovens rurais sub-cidadãos que não gozam de seus direitos políticos e sociais. O autor aponta a complexidade e a singularidade da posição de ser jovem rural que, diferentemente de outras juventudes, mantem no raio das relações familiares os modos prevalentes de interação social, e uma condição de subordinação clara à geração mais velha. No entanto, como discute o autor, será que podemos pensar um projeto de Brasil moderno sem incluir os jovens rurais como atores estratégicos de desenvolvimento do campo? A perspectiva de modernização centrada no urbano, que determina uma certa dicotomia entre urbano e rural cristalizando o imaginário sobre a juventude deve ser problematizada de modo a poder incluir outros modos de ser jovem. Além disso, como adverte o autor, a própria concepção de

ser jovem no campo deve permanecer plural de modo a acolher a diversidade de tantas e diferentes condições de vida e modos de ser dos jovens rurais.

Finalmente, na seção de Informações Bibliográficas publicamos duas resenhas. A Professora Edwiges Carvalho Corrêa apresenta o livro *Juventude no século XXI: dilemas e perspectivas*, organizado por Heloisa Dias Bezerra e Sandra Maria Oliveira. A segunda resenha, da Professora Mariangela da Silva Monteiro, apresenta o livro *O futuro da infância e outros escritos* de Lucia Rabello de Castro.

Sabemos das dificuldades que cercam qualquer projeto que altere o status quo. Desde que iniciamos há mais de um ano atrás o projeto da **DESIDADES** muitos foram os percalços a serem vencidos, e outros, certamente, virão. Por outro lado, esse tem sido um projeto coletivo cuja equipe é dotada de uma combatividade alegre e dedicada que a fez chegar ao final desta edição inaugural. Sem querer prever o futuro, ousamos crer que outras edições se seguirão a cada três meses. E, esperamos que, trimestralmente, a **DESIDADES** traga uma contribuição relevante ao campo da infância e da juventude. E o tempo, que um dia se acumulou em “idades”, e solidificou concepções de “ser”, possa ser questionado e seus efeitos etários possam ser indagados.

Lucia Rabello de Castro

Controle e medicalização da infância

*Maria Aparecida
Affonso Moysés*

Controlar é preciso

*Cecília Azevedo
Lima Collares*

Ao longo da história do mundo ocidental, as pessoas que não se submetem aos padrões aceitos como comportamentos normais, apresentando comportamentos distintos ou questionando tais padrões, sempre incomodaram a maioria, docilmente submetida, sendo alvo de perseguições. Por que alguém que exibe comportamentos “acima de qualquer suspeita” é afetado por um outro alguém diferente, a ponto de precisar retirá-lo de seu campo de visão, e mesmo eliminá-lo? Talvez porque ver uma pessoa que não se enquadra nas normas escancare que é possível ser diferente, isto é, que os padrões não são naturais, não foram e não serão sempre os mesmos.

O comportamento humano não é biologicamente determinado, mas tramado no tempo e nos espaços geográficos e sociais –, histórico enfim. O ser humano é essencialmente um ser cultural; entretecido em um substrato biológico, sim, porém datado e situado. A naturalização dos padrões de comportamento, levando à crença generalizada de que se deve agir segundo determinados moldes, é um dos elementos fundantes da submissão, do não questionamento, da docilização de corpos e mentes, tão cara e necessária à manutenção da ordem vigente, em todos os tempos.



FOTO Radamés Ajna

Está pronto o terreno para afastar e eliminar os que perturbam a ordem. Só faltam os critérios, os rótulos e, mais importante, o grupo a ser investido de poder para julgar e definir punições. Até o século XVI, o poder advinha da religião; autoridades eclesiásticas torturavam e condenavam à morte ateus, hereges, bruxas... Com o advento da ciência moderna, esta passa a ocupar os espaços discursivos do saber e do poder, tornando-se a autoridade investida de poder para exercer as mesmas ações, agora renomeadas: identificar, avaliar, tratar, isolar.

A medicina será o campo científico a ocupar, privilegiadamente, esse espaço, passando mais e mais a legislar sobre a normalidade e a anormalidade, a definir o que é saúde e o que é doença, o que é saudável e o que não é, o que é bom e o que é ruim para a vida. E a definição do comportamento desviante, ou anormal, será feita em oposição ao modelo de homem saudável, ou homem médio, estatisticamente definido. A normalidade estatística, definida por frequências e um raciocínio probabilístico, não por acaso coincidente com a norma socialmente estabelecida, é transformada em critério de saúde e doença. Através dessa atuação normatizadora da vida, a medicina assume, na nova ordem social que surge, um antigo papel. O controle social dos questionamentos.

E os critérios anteriores começam a ser substituídos por outros.

De início, loucos e criminosos... Trancafiados, isolados, para seu próprio bem e para o bem dos normais. Castrados para evitar que se reproduzam e se propaguem pela Terra. Mortos, por condenação formal ou por “acidente”, nos interrogatórios de avaliação, nas prisões, nas enfermarias...

O desenvolvimento científico e tecnológico, ao mesmo tempo em que possibilita seu próprio avanço, exige complexificação e sofisticação. O campo médico se especializa. A psiquiatria e a neurologia tomarão por seu objeto de saber/poder o comportamento. A psicologia se descola da psiquiatria, porém sem romper com sua filiação paradigmática. Surgem os especialistas, agora com poder ainda maior para definir os limites da normalidade.

Surgem novos critérios, novos nomes, novas formas de avaliação, novas formas de punição. A vigilância se sofisticada.

Cérebros disfuncionais são a causa da violência. Cérebros disléxicos e baixo QI justificam o fracasso na escola. Alterações genéticas explicam os medos de viver em meio à violência. Frustrações na infância provocam instabilidade emocional.

A normatização da vida tem por corolário a transformação dos problemas da vida em doenças, em distúrbios. O que escapa às normas, o que não vai bem, o que não funciona como deveria... tudo é transformado em doença, em problema individual.

Afasta-se a vida, para sobre ela legislar, muitas vezes destruindo-a violenta e irreversivelmente.

E os profissionais, com sua formação acrítica e a-histórica, exercem, a maioria sem se dar conta, seu papel de vigilantes da ordem. Crentes nas promessas de neutralidade e objetividade da ciência moderna, não sabem lidar com a vida, quando se defrontam com

ela. Sem disponibilidade para olhar o outro, protegem-se ancorando-se em instrumentos padronizados de avaliação.

Sem preocupação com as consequências de seu laudo para a vida do outro, o profissional nem mesmo se permite perceber que a classificação não decorre do diagnóstico, e este de uma avaliação adequada, como lhe ensinaram. Os rótulos se urdem já nas primeiras impressões, no olhar preconceituoso; rótulos que classificam e embasam diagnósticos que os confirmam...

Medicalizar para controlar

Nas sociedades ocidentais, é crescente a translocação para o campo médico de problemas inerentes à vida, com a transformação de questões coletivas, de ordem social e política, em questões individuais, biológicas. Tratar questões sociais como se biológicas iguala o mundo da vida social ao mundo da natureza. Isentam-se de responsabilidades todas as instâncias de poder, em cujas entranhas são gerados e perpetuados tais problemas.

No mundo da natureza, os processos e fenômenos obedecem a leis naturais. A medicalização naturaliza a vida, todos os processos e relações socialmente constituídos e, em decorrência, desconstrói direitos humanos, uma construção histórica do mundo da vida (MOYSÉS e COLLARES, 2007).

Não se deve esquecer que a medicina constituiu seu estatuto de ciência moderna, na transição entre os séculos XVIII e XIX, atribuindo-se a competência para legislar e normatizar o que seja saúde ou doença – o que significa definir o “homem modelo” – e, honrando suas raízes positivistas, passa a reger todos os aspectos da vida dos seres humanos a partir de um olhar biologizante, que reduz pessoas a corpos. Ao ser a primeira ciência ligada aos seres humanos a se constituir como ciência moderna, a medicina constituiu-se, por sua vez, em modelo epistemológico para as ciências do homem.

A biologização, embasada em concepção determinista, em que todos os aspectos da vida são determinados pelas estruturas biológicas que não interagem com o ambiente, retira do cenário os processos e fenômenos característicos da vida em sociedade, como a historicidade, a cultura, a organização social com suas desigualdades de inserção e de acesso, valores, afetos... Essa redução da vida, em toda sua complexidade e diversidade, a apenas um de seus aspectos – células e órgãos, tomados de maneira estática e determinista – é uma característica fundamental do positivismo.

Uma vez reduzida a vida a seu substrato biológico, de modo que todo o futuro esteja irremediável e irreversivelmente determinado desde o início, prepara-se o terreno para a medicalização, ideário em que questões sociais são apresentadas como decorrentes de problemas de origem e solução no campo médico. Deve ser ressaltado que quando se fala em reducionismo e medicalização, está-se referindo à concepção de medicina enraizada no paradigma positivista.

A expressão medicalização foi difundida por alguns autores, com destaque para Ivan Illich em 1982, em seu livro *A expropriação da saúde: Nêmesis da medicina* (Nêmesis me-

dica), ao alertar que a ampliação e extensão do poder médico minavam as possibilidades de as pessoas lidarem com os sofrimentos e perdas decorrentes da própria vida e com a morte, transformando as dores da existência em doenças. Segundo o autor, a vida estava sendo medicalizada pelo sistema médico que pretendia ter autoridade sobre pessoas que ainda não estavam doentes, sobre aquelas de quem não se poderia racionalmente esperar a cura e sobre as que tinham problemas para os quais os remédios prescritos por médicos têm resultados muito semelhantes aos oferecidos por familiares mais velhos e experientes (ILLICH, 1982).

Posteriormente, esse processo foi bastante discutido por Michel Foucault (1977, 1980), autor fundamental quando se discute medicalização. Para ele, um dos elementos de sua sustentação é a dupla promessa da medicina, ao se afirmar capaz de curar e prevenir as doenças, a ponto de poder construir um futuro em que sua própria existência será dispensável, pois terá eliminado todas as doenças. Embora sua impossibilidade de realizar tais promessas esteja se evidenciando mais e mais, a medicina as mantém em seu discurso.

No Brasil, uma das primeiras autoras a discutir a medicalização foi Cecília Donnangelo, socióloga, professora da Faculdade de Medicina da USP, que se dedicou a pesquisar as relações entre saúde e sociedade. Em sua tese de doutorado, bastante atual decorridos mais de 30 anos, analisa as consequências desse projeto de medicalização da sociedade, iniciado há quase dois séculos; aponta as formas pelas quais ele se concretiza nos tempos atuais, destacando a extensão da prática médica como elemento primordial.

No que se designa aqui por extensão da prática médica há que destacar pelo menos dois sentidos que devem merecer atenção: em primeiro lugar, a ampliação quantitativa dos serviços e a incorporação crescente das populações ao cuidado médico e, como segundo aspecto, a extensão do campo da normatividade da medicina por referência às representações ou concepções de saúde e dos meios para se obtê-la, bem como às condições gerais de vida. (DONNANGELO, 1976:33)

Ainda no Brasil, merece destaque a socióloga Madel Luz, que aprofundou o entendimento do papel político que passa a ser desempenhado pelas instituições médicas:

(...) a medicalização generalizada como substitutivo do que é retirado da maioria pelas condições sociais da produção: um mínimo de controle sobre as decisões de política econômica (salários, 'produtividade', planejamento da economia, etc..) conquistado historicamente a duras penas; um mínimo de controle sobre as políticas de saúde (planos, programas, organização de serviços e a própria concepção de saúde); um mínimo de controle sobre a produção e a reprodução (o ensino) dos conhecimentos em medicina. Ao povo restam os 'milagres' médicos e os milagreiros populares. De fato, se economicamente e politicamente ele foi o grande excluído do 'milagre' só lhe restou a procura de outros santos. As Instituições Médicas têm sido, assim, um 'santo remédio' para os males da saúde do povo. (LUZ, 1986: 19)

Até hoje, a medicina mantém em seu discurso promessas de salvação e felicidade, presentes desde o início de sua constituição moderna, embora sua impossibilidade de realizá-las esteja se evidenciando mais e mais.

Porém, a medicalização da sociedade somente poderá se efetivar a partir de uma teoria de saúde e doença que viabilize e instrumentalize a intervenção médica no campo da vida social, que teima e resiste a normas e controles, inclusive médicos, desafiando seus pressupostos e seu discurso articulado. A medicina do século XX será caracterizada como a medicina do poder e da perplexidade; de um lado, o desenvolvimento científico e tecnológico lhe atribui maior poder de controle e intervenção sobre a vida e a morte; de outro, vê-se constantemente confrontada por novos problemas e obstáculos, que desafiam e desmentem suas promessas de salvação e de um futuro sem medicina (LAIN ENTRALGO, 1982).

Mais recentemente, a crítica à medicalização tem sido objeto de pesquisa de vários autores, destacando-se três – Peter Conrad, Peter Breggin e Thomaz Szasz – por sua incansável luta contra a medicalização da vida e o uso crescente de drogas psicotrópicas, com relevantes pesquisas e reflexões teóricas sobre o processo de medicalização em geral e em particular do campo educacional e comportamental.

Especificamente em relação à medicalização da vida de crianças e adolescentes, ocorre a articulação com a medicalização da educação na invenção das doenças do não-aprender e com a medicalização do comportamento. A medicina afirma que os graves – e crônicos – problemas do sistema educacional seriam decorrentes de doenças que ela, medicina, seria capaz de resolver; cria, assim, a demanda por seus serviços, ampliando a medicalização.

A medicalização do campo educacional assumiu, e ainda assume, diversas faces no passado recente, alicerçando preconceitos racistas sobre a inferioridade dos negros e do povo brasileiro, porque mestiço; posteriormente, a inferioridade intelectual da classe trabalhadora foi pretensamente explicada pelo estereótipo do Jeca Tatu, produzido pela união de desnutrição, verminose, anemia... Preconceitos, nada mais que preconceitos travestidos de ciência (MOYSÉS e LIMA, 1982; COLLARES e MOYSÉS, 1996; MOYSÉS e COLLARES, 1997)!

A partir dos anos 1980, ocorre a progressiva ocupação desse espaço pelas pretensas disfunções neurológicas, a tal ponto que hoje a quase totalidade dos discursos medicalizantes referem-se à dislexia, transtorno por déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), transtorno do espectro autista (TEA), transtorno de oposição desafiante (TOD) (MOYSÉS e COLLARES, 2010; 2011; 2013).

A aprendizagem e os modos de ser e agir – campos de grande complexidade e diversidade – têm sido alvos preferenciais da medicalização. Em consequência, crianças e adolescentes são os mais atingidos.

Apenas para uma aproximação da dimensão dessa epidemia de diagnósticos de transtornos jamais comprovados ou questionados pela própria medicina¹, nos Estados Unidos da América, o número de pessoas com diagnóstico de TDAH subiu de 500.000 em 1985

1. Foge ao escopo deste texto aprofundar essa controvérsia. Remetemos os leitores para alguns textos de nossa autoria (MOYSÉS e COLLARES, 1992; 2010; 2011; 2013).

para 7.000.000 em 1999 (BREGGIN, 1999); em 2007, 6 milhões de pessoas eram medicadas com Ritalina®, sendo 4.750.000 crianças, das quais 3,8 milhões meninos².

Apesar da ausência de estatísticas confiáveis sobre o número de pessoas que recebem esse diagnóstico, podemos afirmar que o Brasil é um dos países em que esse processo é mais intenso, pelo fato de ser o segundo consumidor mundial de metilfenidato, substância psicoativa comercializada com os nomes de Ritalina® (Novartis) e Concerta® (Jansen). Aqui, as vendas de metilfenidato crescem em ritmo assombroso: 71.000 caixas em 2000, 739.000 em 2004; 1.147.000 em 2008; em 2010, as vendas ultrapassaram 2 milhões de caixas³.

O mecanismo de ação do metilfenidato e das anfetaminas é exatamente o mesmo da cocaína: poderosos psicoestimulantes. Com estrutura química semelhante, aumentam os níveis de dopamina no cérebro, neurotransmissor responsável pela sensação de prazer. Como consequência desse aumento artificial, o cérebro torna-se dessensibilizado a situações comuns da vida que provocam prazer, como alimentos, emoções, interações sociais, afetos, o que leva à busca contínua do prazer artificial provocado pela droga, culminando na drogadição.

Além disso, especula-se se aumentos desnecessários da dopamina durante a infância poderiam alterar o desenvolvimento do cérebro. Como a medicação costuma ser retirada em torno dos 18 anos, esses jovens podem se tornar adictos à cocaína na vida adulta, como modo de substituir a droga legal que tomaram por anos⁴. As reações adversas do MPH são inúmeras e bastante graves, ao contrário do que costumam afirmar os que defendem seu uso. Afetam todos os aparelhos e sistemas do corpo humano, com destaque para sistema nervoso central (psicose, alucinações, agitação, suicídio, convulsão, insônia, sonolência etc); sistema cardiovascular (arritmia, hipertensão, taquicardia, parada cardíaca etc) e sistema endócrino-metabólico (alteração dos hormônios controlados pela neurohipófise⁴, como hormônio do crescimento e hormônios sexuais). Ainda em relação ao sistema nervoso central, merece destaque o efeito “zumbi-like”, em que a pessoa fica contida em si mesma, obediente, “tranquila”. Trata-se de reação adversa, indicando a retirada imediata da droga e não efeito terapêutico; mas é para isto que é administrada...

Analiseemos a questão por um outro ângulo, deixando de lado a ausência de comprovação de se tratar de doença neuropsiquiátrica, a fragilidade do diagnóstico, as reações adversas das drogas psicoativas. E se essas drogas funcionam mesmo, ajudando a maioria das pessoas que recebem esse diagnóstico, independente de qual seja o problema real e quais suas causas?

2. Dados do Genetic Science Learning Center, University of Utah, disponíveis em: <http://learn.genetics.utah.edu/content/addiction/issues/ritalin.html>

3. Dados gentilmente fornecidos pelo Instituto de Defesa dos Usuários de Medicamentos (Idum), em comunicação pessoal, à época em que este texto foi redigido. Atualmente, os dados estão disponíveis em www.idum.org.br. O Idum extrai esses dados do IMS-PMB – Pharmaceutical Market – publicação de instituto suíço que levanta e atualiza todos os dados do mercado farmacêutico brasileiro.

4. Disponível em <http://learn.genetics.utah.edu/content/addiction/issues/ritalin.html>, acesso em 28/02/2009.

Frequentemente, somos confrontadas com essa questão. Dizem-nos: “está bem, os remédios não são seguros, mas nenhuma droga é isenta de efeitos colaterais; todas as pesquisas, porém, provam que funcionam, que ajudam crianças e jovens a se concentrarem e a aprenderem”.

O que há de verdade nas afirmações categóricas de profissionais quando dizem que os efeitos benéficos são comprovados por milhares de pesquisas (geralmente, fala-se em cinco mil, dez mil estudos) e os efeitos negativos são raros e passageiros?

Em outubro de 2011, a Agency for Healthcare Research and Quality (AHRQ), do Department of Health and Human Services do governo dos Estados Unidos da América, publicou a mais extensa metanálise (pesquisa sobre as pesquisas publicadas⁵) acerca dos resultados dos diferentes tratamentos de crianças e adultos com diagnóstico de TDAH. Esta investigação foi realizada em um dos mais renomados centros de pesquisas de metanálise no mundo, o McMaster University Evidence-based Practice Center (CHARACH *et alí*, 2011).

A investigação levantou tudo que foi publicado sobre efetividade de tratamento para TDAH no período de 1980 a maio de 20106; cada paper foi analisado por dois revisores independentes, a partir de critérios predefinidos bastante claros; discordâncias eram resolvidas por um terceiro revisor.

Pois bem, das sempre citadas cinco mil, dez mil pesquisas, apenas 12 – repetimos, APENAS 12 PESQUISAS puderam ser analisadas. Todas as demais foram descartadas por ausência de cientificidade!!

Essas 12 pesquisas mostraram que em pré-escolares há forte evidência de efeitos benéficos da orientação familiar e ausência de efeitos adversos, em contraste com fraca evidência de efeitos benéficos do metilfenidato, aliada a efeitos adversos; orientação mais metilfenidato mostraram fraca evidência, porém maior que somente a droga. Nas demais idades, encontrou-se fraca evidência de efeitos benéficos com metilfenidato ou atomoxetina.

Além disso, os dados sobre rendimento escolar são inconclusivos; também não há evidências de que o tratamento medicamentoso melhore o prognóstico a longo prazo.

O único efeito comprovado dos psicoestimulantes foi a “melhora” isolada do comportamento, em meninos em idade escolar. Mas é esse o objetivo? Que parem de ser “descomportados” e se enquadrem em normas rígidas, que negam a vida?

5. As pesquisas de metanálise constituem a base da Medicina Baseada em Evidências e têm por objetivo a comparação sistematizada de resultados de pesquisa sobre a eficácia de diferentes tratamentos, de modo a possibilitar uma prática médica embasada em dados científicos comprovados, em evidências científicas. A primeira fase da pesquisa, após o levantamento de todas as publicações sobre o tema, é identificar as pesquisas que preenchem critérios de rigor metodológico, de cientificidade, descartando as demais.

6. O levantamento partiu das bases de dados mais relevantes em medicina, psicologia e educação: MEDLINE, Cochrane CENTRAL, EMBASE, PsycInfo, ERIC (Education Resources Information Center).

Então, as drogas psicoativas não funcionam!

A doença não tem comprovação, o diagnóstico não se sustenta, o remédio não melhora!

E por que essa onda só aumenta? Ignorando inclusive pesquisas com resultados pouco efetivos feitas pelos próprios divulgadores dos transtornos, pelos laboratórios farmacêuticos, por pesquisadores ligados ao NIMH (National Institute of Mental Health) e ao FDA (Food and Drug Administration).

Ainda não existem evidências científicas que sustentem uma alteração neurobiológica nem a segurança de tratamento com psicoestimulante. Ao contrário. Entretanto, a pressão é tão grande que se chega ao absurdo de precisar provar que não existe o que nunca ninguém provou que existe. Em ciência, algo absolutamente surrealista.

Leo (2002) destaca que mesmo a American Psychiatric Press Textbook of Psychiatry, que sustenta a ideia de que esta seja uma doença neurológica, reconhece que “com critérios diagnósticos não claros, é difícil definir ou mesmo conceitualizar um conceito unitário sobre TDAH ou sua etiologia (...) permanece considerável incerteza sobre a validade de TDAH como uma entidade diagnóstica” (p. 52).

A partir dessa posição de uma das entidades mais ardorosas na defesa da doença TDAH, é ainda mais assustadora a decisão do NIMH (National Institute of Mental Health), que iniciou estudo em que crianças pré-escolares, de três anos de idade, receberão medicamentos para tratar uma suposta TDAH.

Essa espiral lança uma teia sobre todos nós. Apropria-se de profissionais de diferentes áreas. Apropriados, passam a constituir e a serem constituídos pela própria teia, pronta a aprisionar qualquer um de quem outro alguém afirme não se enquadrar nas normas esperadas...

O atendimento preconizado para as pessoas que caem nessa teia será sempre multidisciplinar. Afinal, é preciso manter todos os profissionais da teia satisfeitos, sem disputas entre si. Por trás da equipe, menos visível, a estrutura que mantém a teia: a indústria farmacêutica, interessada em ampliar o número de pessoas aprisionadas e apropriadas.

Moynihan e Cassels, jornalistas que têm se dedicado a desvelar as estratégias da indústria de criar e vender doenças para aumentar seus lucros, ajudam a entender seus modos de agir e a amplificação da medicalização em ritmo atordoante por interesses financeiros:

As estratégias de marketing das maiores empresas farmacêuticas almejam agora, e de maneira agressiva, as pessoas saudáveis. Os altos e baixos da vida diária tornaram-se problemas mentais. Queixas totalmente comuns são transformadas em síndromes de pânico. Pessoas normais são, cada vez mais, pessoas transformadas em doentes. Em meio a campanhas de promoção, a indústria farmacêutica, que movimenta cerca de 500 bilhões de dólares por ano, explora os nossos mais profundos medos da morte, da decadência física e da doença, mudando assim literalmente o que significa ser humano. (...) Sob a liderança de marqueteiros da indústria farmacêutica, médicos especialistas e gurus sentam-se em volta de uma mesa para ‘criar novas ideias sobre doenças e estados de saúde’. (MOYNIHAN e CASSELS, 2007: 151)

Segundo esses autores, pode parecer estranho que indústrias farmacêuticas busquem criar novas doenças, mas isto é moeda corrente no meio, traduzida em bilhões de dólares anualmente. A estratégia, que consta em relatório do Business Insight, consiste em mudar o modo de as pessoas lidarem com seus problemas reais, até então vistos como simples indisposições, convencendo-as de que são dignos de intervenção médica.

De volta a um futuro sem futuro

Cabe destacar que, historicamente, é a partir de insatisfações e questionamentos que se constituem possibilidades de mudança nas formas de ordenação social e de superação de preconceitos e desigualdades. A medicalização tem assim cumprido o papel de controlar e submeter pessoas, abafando questionamentos e desconfortos; cumpre, inclusive, o papel ainda mais perverso de ocultar violências físicas e psicológicas, transformando essas pessoas em “portadoras de distúrbios de comportamento e de aprendizagem”.

Aprendizagem e comportamento; exatamente os campos de maior diversidade e complexidade, constituintes da – e constituídos pela – subjetividade e singularidade; campos em que a avaliação é mais complexa e mais questionada.

Aprendizagem e comportamento; crianças e adolescentes. Estes são os alvos preferenciais dos processos que buscam padronizar, normatizar, homogeneizar, controlar a vida. Processos que patologizam a vida.

E nesses processos de medicalização, controle e judicialização da vida, um instrumento é fundamental: os laudos. Laudos médicos, psicológicos, fonoaudiológicos, pedagógicos etc etc. Instrumento fundamental porque realiza a função de julgamento, condenação e sentença. Fundamental porque desvela o protagonismo dos profissionais, atuando de modo acrítico e quase em modo automático, em função de vários fatores, entre os quais devemos destacar a formação tecnicizada, regida pelo e para o mercado.

Vivemos em uma sociedade fundada em uma vida cada vez mais produtivista e consumista, cada vez mais constituída não por cidadãos, mas por consumidores, preferencialmente bioconsumidores, homogeneizados (IRIART e IGLESIAS-RIOS, 2013).

Cabe, por fim, nos perguntarmos sobre que futuro estamos construindo, ou talvez, destruindo. Transformar em doenças mentais sonhos, utopias, devaneios, questionamentos, discordâncias; abortá-los com substâncias psicoativas pode resultar em impossibilidades de futuros diferentes. Podemos estar legando a nossos filhos e netos, como bem disse Victor Guerra⁷, o genocídio do futuro.

7 Psicanalista uruguaio, em conferência em Buenos Aires, em 2011.

REFERÊNCIAS

- Breggin, PR. Intoxication Anosognosia: the spellbinding effect of psychiatric drugs. *Ethical Human Psychology and Psychiatry* 8: 201-15, 1999.
- _____. Psychostimulants in the treatment of children diagnosed with ADHD: Risks and mechanism of action. *International Journal of Risk e Safety in Medicine* 12: 3-35, 1999.
- COLLARES, CAL; MOYSÉS, MAA. Preconceitos no cotidiano escolar. *Ensino e medicalização*. São Paulo: Cortez-FE/FCM Unicamp, 1996.
- CONRAD, P. Identifying Hyperactive Children: The medicalization of deviant behavior. Expanded ed. (Ashgate classics in sociology). Burlington: Ashgate Publishing Company, 2006.
- _____. The medicalization of society: on the transformation of human condition into treatable disorders. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2007.
- CHARACH, A.; DASHTI, B.; CARSON, P.; BOOKER, L.; LIM, C.G.; LILLIE, E.; YEUNG, E; MA, J; RAINA, P.; SCHACHAR, R. Attention Deficit Hyperactivity Disorder: Effectiveness of Treatment in At-Risk Preschoolers; Long-Term Effectiveness in All Ages; and variability in Prevalence, Diagnosis and Treatment. Comparative Effectiveness Report No. 44. (prepared by the McMaster University Evidence-based Practice Center under Contract No. MME2202 290-02-0020) AHRQ Publication No. 12-EHC003-EF. Rockville, MD: Agency for Healthcare Research and Quality. October 2011. Available at: www.effectivehealthcare.ahrq.gov/reports/final.cfm
- DONNANGELO, M.C.F. Saúde e Sociedade. In; DONNANGELO, F. e PEREIRA, L., Saúde e sociedade. São Paulo: Duas Cidades. 1976.
- ENTRALGO, P.L. Historia de la medicina. Barcelona: Salvat, 1982.
- FOUCAULT, M..Historia de la medicalización. *Educación médica y salud* 11 (1): 3-25, 1977.
- _____. O nascimento da clínica. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2ª ed., 1980.
- ILLICH, I. A expropriação da saúde: nêmesis da medicina. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- IRIART, C.; IGLESIAS-RIOS, L.. La (re)creación del consumidor de salud y la biomedicalización de la infancia. In: COLLARES, C.A.L., MOYSÉS, M.A.A., RIBEIRO, M.C.F. (Orgs.), *Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos*. Campinas: Mercado de Letras, 2013. P. 21-40.
- LEO, J. American Preschoolers on Ritalin. *Society*: 39(2): 52-60, 2002.
- LUZ, M.T. As instituições médicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia. Rio de Janeiro: Graal, 3ª ed., 1986.
- MOYNIHAN, R.; CASSELS, A. Vendedores de doença: estratégias da indústria farmacêutica para multiplicar lucros. In: Pelizzoli, M.L., *Bioética como novo paradigma: por um novo modelo bioético e biotecnológico*. Petrópolis: Vozes, 2007. P. 151-156.
- MOYSÉS, M.A.A.; COLLARES, C.A.L.. Medicalização: elemento de desconstrução de direitos. In: *Direitos Humanos : O que temos a ver com isso?*, CRP-RJ, 2007.
- _____. A história não contada dos distúrbios de aprendizagem. *Cadernos CEDES*, nº 28: 31-48, 1992.
- _____. Desnutrição, fracasso escolar e merenda. In: SOUZA PATTO, M.H.(org.) *Introdução à psicologia escolar*; 3ª edição revista e atualizada. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. P. 223-256.

_____. Dislexia e TDAH: uma análise a partir da ciência médica. In: Conselho Regional de Psicologia SP; Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (org.). Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. P. 125-156.

_____. Medicalização: o obscurantismo reinventado. In: COLLARES, C.A.L.; MOYSÉS, M.A.A.; RIBEIRO, M.C.F. (org.). Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos. Campinas: Mercado de Letras, 2013. P. 41-64.

MOYSÉS, M.A.A.; LIMA, G.Z. Desnutrição e fracasso escolar: uma relação tão simples? In: Revista da ANDE, nº 5: 56-62, 1982.

SZASZ, T. The medicalization of everyday life: Selected essays. New York: Syracuse University Press, 2007.

PALAVRAS-CHAVE: Medicalização, Infância, Dificuldades do Aprender, Patologização.



Maria Aparecida Affonso Moysés

Professora Titular de Pediatria da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Coordenadora do Laboratório de Estudos sobre Aprendizagem, Desenvolvimento e Direitos, no CIPED (Centro de Investigações em Pediatria) da UNICAMP. Autora do livro “A institucionalização invisível: crianças que não aprendem na escola”. É membro fundador do Fórum de Estudos sobre Medicalização de Crianças e Adolescentes, que tem articulado discussões, eventos e ações sobre a medicalização da vida e da educação.



Cecília Azevedo Lima Collares

Livre-docente em Psicologia Educacional. Docente da Faculdade de Educação da UNICAMP, no Departamento de Psicologia Educacional, atualmente aposentada. Publicou inúmeros artigos em periódicos científicos nas áreas de Educação e Psicologia. É autora do livro “Preconceitos no Cotidiano Escolar. Ensino e Medicalização”. É membro fundador do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, que tem articulado reflexões críticas e ações que buscam enfrentar e superar os processos medicalizantes da vida de crianças e adolescentes.

Sobre a invisibilidade social das juventudes rurais

**Nilson
Weisheimer**

Observamos nas últimas décadas significativos avanços no debate público em torno do tema da “juventude” no Brasil e América Latina. A relevância crescente desta categoria social pode ser verificada tanto pela renovação do interesse e consequente ampliação de estudos, pesquisas e publicações no campo das ciências humanas, quanto pela ampliação das iniciativas destinadas a este segmento por parte de diversos atores governamentais e da sociedade civil em nosso continente.

Esta ampliação do interesse também se faz notar sobre temas relacionados aos jovens rurais, porém com menor intensidade. No caso destes últimos, dois aspectos foram importantes para impulsionar inicialmente o debate. Primeiro, as estatísticas dos processos migratórios demonstraram que o êxodo rural, nas últimas décadas, foi protagonizado principalmente por jovens, entre os quais as mulheres constituíram a maioria. Tal fenômeno contribuiu para um acentuado processo de envelhecimento e masculinização das populações rurais. Outro aspecto, menos explícito, porém não menos importante, tem sido a persistência de uma certa situação de invisibilidade social a que estão submetidos os jovens no meio rural.



FOTO Leo Lopes

Este artigo tem como objetivo problematizar este segundo processo. Pretende-se situar o leitor no que consiste a invisibilidade social. Em seguida, demonstrar como esta invisibilidade social se processa no âmbito dos estudos acadêmicos. Visamos ainda elencar algumas hipóteses para o desinteresse acadêmico sobre o tema. Por fim, argumentaremos que a superação desta situação passa pelo reconhecimento da complexidade do fenômeno juvenil no campo, o que daria vazão à percepção da existência de diversas juventudes rurais.

Definindo o problema da invisibilidade social

A invisibilidade consiste na característica de um objeto de não ser visível aos observadores porque não absorve nem reflete luz. Ao acrescentarmos o termo social, estamos nos referindo a situações em que determinados sujeitos se encontram imperceptíveis nas relações sociais. Trata-se, portanto, de uma ação social que implica em não ver o outro, não enxergar sua existência social e tudo que decorre deste fato. Ou seja, por invisibilidade social entendemos todo um processo de não reconhecimento e indiferença em relação a sujeitos subalternos da sociedade. Esta invisibilidade social nega ao outro o direito ao reconhecimento e à identidade social. Ela se manifesta na vida cotidiana, opera de modo intersubjetivo e objetiva-se nas práticas do senso comum e do campo científico. Particularmente em relação à produção do conhecimento científico, a invisibilidade se processa quando este não abrange tais sujeitos, não reflete sobre eles, não lhes reconhece a existência e nem lhes atribui capacidades reflexivas.

Entre todos os excluídos e marginalizados de nossa sociedade atual, os jovens que vivem em territórios rurais figuram entre os mais vulneráveis. A invisibilidade social a que estes jovens estão submetidos consiste numa das expressões mais cruéis de exclusão social, uma vez que, dessa forma, eles não se tornam sujeitos de direitos sociais ou alvos de políticas públicas, inviabilizando o rompimento da própria condição de exclusão.

Nesse contexto, a juventude rural aparece como um setor extremamente fragilizado de nossa sociedade. Enquanto eles permanecerem invisíveis ao meio acadêmico e ao sistema político, não sendo socialmente reconhecidos como sujeitos de direitos, dificilmente serão incluídos na agenda governamental. Até que essa inclusão ocorra, o que se tem são “estados de coisas”: situações mais ou menos prolongadas de incômodo, injustiça, insatisfação ou perigo, que atingem os grupos de jovens rurais, sem chegar a compor a agenda governamental ou mobilizar as autoridades políticas (RUA, 1998). O atual “estado de coisas” implica em negação do direito básico de ter tratamento e oportunidades iguais, ou seja, representa a negação da cidadania para a juventude do meio rural. Esse segmento, sob muitos aspectos, não acessa nem usufrui do conjunto de direitos básicos que estruturam a condição de cidadão. Não é exagero dizer que os jovens rurais não gozam do direito à cidadania quando se trata de admiti-los como sujeitos ou atores políticos, com direito de participar das decisões que afetam sua vida e seu futuro. Além disso, da perspectiva dos direitos sociais, mesmo os mais elementares, essa juventude convive com diversas situações de não reconhecimento, preconceitos, estigma, marginalidade e exclusão.

A invisibilidade dos jovens rurais nas pesquisas acadêmicas recentes

Ao considerarmos o conjunto da produção acadêmica sobre juventude rural nas duas últimas décadas, verificamos um pequeno crescimento do interesse pelo tema. Os levantamentos bibliográficos realizados por Weisheimer (2005) e Sposito (2009) indicam que se está lentamente processando uma superação desta invisibilidade social.

Em 2004, a pedido do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tive a oportunidade de mapear e sistematizar a produção acadêmica sobre juventude rural realizada no Brasil no período de 1990 a 2004. Foram analisadas a produção de pós-graduação, publicação de artigos em periódicos científicos e de livros. Na ocasião, identificamos 50 trabalhos realizados por 36 pesquisadores. Verificamos que esta produção se concentrava principalmente nas regiões Sul e Sudeste, seguindo-se de Nordeste e Norte do Brasil com participação residual. No entanto, destacava que as pesquisas e publicações apresentavam um crescimento significativo a partir dos anos 2000, o que apontava para a ampliação e consolidação deste campo de estudos (WEISHEIMER, 2005).

A pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP) Marília Sposito (2009) realizou um levantamento da produção discente da pós-graduação sobre o tema da juventude no Brasil. Foram identificados 1.427 trabalhos defendidos em programas de pós-graduação nas áreas de Educação, Ciências Sociais e Serviço Social. Deste total, apenas 52 trabalhos se ocupam dos jovens do meio rural, ou seja, aproximadamente 4% de tudo que se estuda sobre juventude no Brasil se refere aos jovens rurais. Conforme salienta a autora:

Há uma nascente produção sobre os jovens e o mundo rural que precisa ser ainda mais incentivada. Os poucos estudos existentes são reveladores das múltiplas temporalidades que articulam as relações sociais em nossa sociedade, das imbricadas relações de complementariedade e das tensões existentes entre cidade e campo, muitas vezes obscurecidas por uma ótica excessivamente urbana (SPOSITO, 2009, p.24).

Este mapeamento demonstra categoricamente o desinteresse dos pesquisadores brasileiros sobre os modos de vida e os dilemas que afetam os jovens do campo. A questão que fica posta é por que isto ocorre. Seria o fato de vivermos em sociedades altamente urbanizadas fator explicativo suficiente para justificar esta visão urbanocêntrica sobre o fenômeno social da juventude?

Algumas hipóteses para o desinteresse dos pesquisadores sobre os jovens rurais

Na tentativa de compreender a razão da persistência da invisibilidade social que afeta as juventudes rurais no âmbito acadêmico, somos levados a considerar ao menos três hipóteses: a) a subestimação da existência da juventude no meio rural, marcada principalmente pelas relações de trabalho agrícola; b) a subestimação da importância do meio rural, uma vez que nossas sociedades seriam predominantemente urbanas;

c) a incompatibilidade entre os termos juventude e rural. Detemo-nos brevemente sobre cada uma destas possibilidades.

Num período ainda recente, os sociólogos acreditavam que a inserção no universo produtivo conduzia à superação da condição juvenil e da própria existência da juventude no chamado modo de produção camponês. Um exemplo desta posição pode ser encontrado no trabalho do sociólogo José Vicente Tavares dos Santos (1984, p. 46), segundo o qual, no meio rural, “os processos de socialização primária e secundária se confundiam num único momento, visto que ocorrem no âmbito das relações familiares”. Com base nisto, acreditava-se que não haveria jovens no campo, “pois de crianças passam diretamente à condição de adultos”. (TAVARES DOS SANTOS, 1984, p. 46). De minha parte, entendo que essa percepção não corresponde aos processos sociais que configuram a situação juvenil na agricultura familiar. Isso porque, embora os jovens exerçam um papel produtivo importante no âmbito do trabalho familiar, isto não chega a configurar a superação da condição juvenil, uma vez que eles permanecem subordinados à autoridade dos pais, não tendo sido superada a sua posição subalterna na hierarquia familiar.

Outra possível razão para o desinteresse pela vida dos jovens rurais residiria na constatação de que o Brasil seria 84% urbano, segundo o censo do IBGE de 2010. Desta maneira, os territórios rurais seriam um mero resíduo do passado prestes a desaparecerem. Porém, se considerarmos o índice de pressão antrópica, como faz José Eli da Veiga (2003), reconheceremos que o Brasil é mais rural do que se imagina, chegando a comportar 30% da população em municípios rurais. Conforme este autor, “para efeitos analíticos não se deveria considerar urbanos os habitantes de municípios pequenos demais, com menos de 20.000 habitantes” (VEIGA, 2003, p. 23). Sem considerar o efeito antrópico na distinção entre o rural e o urbano, continuaremos vivendo em “cidades imaginárias”. Além disso, como demonstra este autor, ao superar a confusão reinante entre rural (noção espacial) e atividade agropecuária (relações sociais de produção), veremos que nem todo rural é agrícola e que nos territórios rurais existem muitos processos de inserção social, dos quais os jovens participam, que merecem a atenção dos pesquisadores da juventude.

Por fim, o dilema da invisibilidade social deve-se em parte à desatenção dos cientistas sociais. Yanko Gonzáles Cangas (2003) sugere que isso estaria relacionado ao fato de que a juventude e o rural, enquanto construtos teóricos, aparecem como contraditórios e irreconhecíveis nos estudos que dominaram as pautas destes temas ao longo do século XX. A juventude aparece como uma expressão da modernidade que tem no meio urbano e nas classes altas as matrizes de sua caracterização, atribuindo-lhe uma ligação aos processos de transformação e ao futuro na forma de uma sucessão de gerações.

Por sua vez, a carga semântico-teórica acerca do “rural”, estabelecida também desde o ponto de vista da modernização, impôs a este um significado de conservação e passado, algo que precisaria necessariamente ser superado (CANGAS, 2003). Entendemos que a reconciliação entre estes termos passa justamente por reconhecer nos jovens os elementos dinâmicos da sociedade com grande potencial para serem os construtores de mudanças sociais significativas. Com efeito, os jovens rurais figuram como agentes estratégicos para qualquer projeto de desenvolvimento rural, principalmente se este se orientar por princípios de sustentabilidade, o que envolve necessariamente importantes relações intergeracionais.

A diversidade das juventudes rurais

Conhecer um fenômeno é diferenciá-lo dos demais e perceber sua complexidade interna. Consequentemente, para superar a situação de invisibilidade, não basta desenvolver estudos que tenham nos jovens os sujeitos investigados. É preciso antes problematizar a própria construção do objeto, ou seja, as relações sociais nas quais os jovens se inserem e que fazem da própria categoria juventude uma construção social em disputa. Com efeito, fazem-se necessárias não apenas uma teoria sobre a juventude e outra sobre os diversos processos sociais agrários, mas também construtos teóricos que sintetizem a complexidade de suas implicações recíprocas. Mas como podemos definir a especificidade dos jovens que nos dedicamos a conhecer?

Entendemos que a especificidade dos jovens resulta dos processos de socialização nos quais eles estão inseridos. Ou seja, em termos sociológicos, é a socialização que define o jovem, ou de qual jovem falamos. Para conferir maior precisão analítica à juventude como categoria social e aos jovens como sujeitos históricos, é importante considerar os processos de socialização nos quais eles se inserem, buscando identificar a agência socializadora predominante, o que lhes confere uma posição determinada no espaço social. Este posicionamento, categorizar os jovens por sua socialização principal, rompe com as definições de caráter substancialista sobre a juventude, possibilitando construir a categoria analítica de modo relacional, isto é, em termos de sua posição num espaço de relações sociais. Com efeito, a reconstrução sociológica da situação juvenil, com base no processo de socialização, confere maior coerência à proposta de privilegiar as noções de juventudes e jovens no plural.

Entendemos que a superação da invisibilidade social das juventudes rurais não se efetivará por meio da reprodução dos recortes demográficos ou critérios normativos que demarcam os limites etários. Tampouco pela aplicação, sem por à prova, das categorias prestabelecidas a partir da dicotomia rural-urbano, mesmo que fixadas no senso comum, nos discursos políticos ou no campo acadêmico. Este é o caso da categoria “juventude rural”, que é forjada a partir de uma ótica urbana que percebe o rural como um espaço da precariedade social, reforçando, mesmo que involuntariamente, o estigma sobre este segmento. Desta maneira, a homogeneização das diferenças no interior de uma categoria mais ampla, como a de “juventude rural”, acaba contribuindo para perpetuar a invisibilidade sobre a diversidade dos modos de vida e processos de socialização no campo e que produzem categorias juvenis diversas no meio rural. Isto porque tal procedimento dificulta o reconhecimento das especificidades que emergem de diferentes situações juvenis no meio rural, gerando tipos sociais distintos, tais como os jovens agricultores familiares, os jovens assalariados rurais, os jovens quilombolas, os jovens extrativistas, jovens pescadores, jovens indígenas e tantos outros. Ou seja, queremos chamar a atenção para o fato de que não existe uma juventude rural, mas muitas juventudes rurais. Superar a invisibilidade das juventudes rurais implica em reconhecer que ela não é simplesmente um elemento da diversidade, mas que contém, ela mesma, toda uma diversidade de tipos sociais.

REFERÊNCIAS

CANGAS, Yanco Gonzáles. Juventud Rural: trayectorias teóricas y dilemas identitários. *Revista Nueva Antropología*, México, v. 19, n. 63, p. 153-75, 2003. Disponível em: <http://www.iica.org/ur/redlat/index.html> . Acesso em 4 de junho de 2006.

RUA, Maria da Graça. As Políticas Públicas e a Juventude dos anos 90. In: RUA, M.G. (Org.). *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998. p. 731-752.

SPOSITO, Marília. A Pesquisa sobre Jovens na Pós-Graduação: um balanço da produção discente em Educação, Serviço Social e Ciências Sociais (1999 – 2006). In: SPOSITO, M.P. (Coord.) *Estado da arte sobre juventude: Educação, Serviço Social e Ciências Sociais*. (1999 – 2006). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

TAVARES-DOS-SANTOS, José-Vicente. *Colonos do vinho* (Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital). São Paulo: Hucitec, 1984.

VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias*. O Brasil é mais rural do que calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2003.

WEISHEIMER, Nilson. *Juventudes rurais: mapas de estudos recentes*. Brasília: MDA, 2005.

PALAVRAS-CHAVE: Juventudes rurais. Invisibilidade social. Pesquisas acadêmicas.



Nilson Weisheimer

*Doutor em Sociologia (UFRGS). Professor Adjunto do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL/UFRB). Professor Permanente do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/ UFRB). Cordenador do Núcleo de Estudos em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (NEAF/ UFRB) e do Observatório Social da Juventude (OSJ/UFRB). Vencedor do Prêmio Capes de Teses 2010, com o trabalho “A Situação Juvenil na Agricultura Familiar”.
email: weisheimer@pq.cnpq.br*

Jovens nas ruas

as manifestações no Chile, México e Brasil

ENTREVISTA
DE **Claudia
Mayorga** COM
Rogelio Marcial E
Oscar Aguilera

Na última década temos presenciado, com periodicidade e constância, a ocupação das ruas e de espaços públicos por jovens estudantes do Chile, México e Brasil. Seja por questões ligadas à estatização do ensino universitário e à resistência à privatização da educação pública de nível médio e fundamental (Chile), seja pela bandeira da democratização das instituições e por melhores condições de educação (México), seja por uma variedade de pautas relacionadas a direitos – transporte, liberdade de expressão, moradia popular – temos visto as multidões de jovens e estudantes que tomam ruas, ocupam prédios públicos e universidades e reivindicam direitos.

No Brasil, mais recentemente, presenciamos as manifestações ocorridas no último mês de junho, durante a realização da Copa das Confederações da Fifa. As ruas foram tomadas por uma efervescência de manifestações populares, com uma participação expres-



FOTO | Hate Flash

siva e majoritária de jovens. Inicialmente, as reivindicações aconteceram em torno das exigências pelo passe livre, mas ao longo dos dias muitas outras causas foram sendo especificadas. Com jargões como «queremos saúde e educação padrão Fifa» ou ainda «um professor vale mais que o Neymar», que se misturaram entre as demandas pelo fim da corrupção, pelos direitos humanos, por uma reforma política imediata, milhares de jovens brasileiros interpelaram e buscaram interditar aquele que foi forjado como o grande evento da identidade nacional brasileira, a realização de uma Copa de futebol.

Embora grande parte da mídia oficial tenha se ocupado em diferenciar manifestantes “do bem” dos manifestantes “vândalos”, os acontecimentos colocaram mais uma vez em pauta questões importantes: a relação da juventude com a política, suas formas empíricas de atuação, sua relação com possíveis projetos de sociedade que estariam em formulação e em disputa, e a capacidade e legitimidade da juventude para participar da construção desses projetos. Na pauta, também, interrogações sobre a relação da juventude com a educação, a família, com instituições centrais da sociedade.

Ao mesmo tempo, temos acompanhado em outras partes do mundo, a ocupação intensa das ruas com bandeiras e reivindicações por vezes bastante semelhantes ao que presenciamos no Brasil. Movimentos como o Occupy Wall Street, 15 M, Primavera Árabe são alguns exemplos. Em países da América Latina, a efervescência de manifestações juvenis nas ruas e em ocupações de edifícios públicos também tem acontecido, com forte repressão policial e repercussão midiática.

Para conversarmos sobre as experiências contemporâneas de ativismo juvenil no México, Chile e Brasil, convidamos dois pesquisadores que têm se dedicado aos estudos sobre juventude: **Oscar Aguilera Ruiz** e **Rogelio Marcial**.

Acadêmico da Universidad Católica del Maule (Chile) e doutor em Antropologia pela Universidad Autónoma de Barcelona, Oscar Aguilera trabalha há seis anos, aproximadamente, em pesquisa sobre movimentos juvenis no Chile. É membro do grupo de trabalho do *Clacso* (*Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*) *Juventud y Tácticas Políticas en América Latina*. Atualmente, através de uma bolsa acadêmica do *Clacso*, vem trabalhando para concluir uma pesquisa sobre o movimento estudantil no Chile entre 2006 e 2011. Desenvolve também uma pesquisa, apoiada pelo *Fondo Nacional de Ciencia y Tecnología* do Chile, sobre o modo como se constrói a ideia de juventude no século XX.

Nosso segundo convidado, **Rogelio Marcial**, é professor investigador do Departamento de Estudos de Comunicação Social, Centro Universitário de Ciências Sociais e Humanas da Universidad de Guadalajara no México, à disposição no Colegio de Jalisco. Doutor em Ciências Sociais, há 20 anos trabalha temas relacionados com as expressões da juventude e há quatro anos com temas sobre as expressões culturais da diversidade sexual. É membro do Sistema Nacional de Pesquisadores, *Consejo Asesor del Sistema Estatal de Juventud de Jalisco* e *Consejo Estatal para la Cultura y las Artes de Jalisco*. Pertence ao *Consejo Iberoamericano de Investigadores en Juventud* como representante do México. Entre suas publicações, destacamos *Desde la esquina se domina, Jóvenes y presencia colectiva, La banda rifa y Andamos como andamos porque somos como somos: culturas juveniles en Guadalajara*.

Aproveito também para apresentar-me como entrevistadora. Sou doutora em Psicologia Social pela Universidad Complutense de Madrid, professora e pesquisadora do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. Coordeno o Centro de Pesquisa Conexões de Saberes e, nos últimos anos, dediquei parte dos meus trabalhos ao estudo sobre participação política juvenil, com atenção especial para a juventude negra e da periferia. Recentemente, participei de uma pesquisa que foi desenvolvida com a participação de pesquisadores de cinco estados do Brasil e culminou na publicação do livro *Juventude e a experiência da política no contemporâneo* (2012).

A conversa teve como tema central as manifestações juvenis com reflexões sobre quem são esses jovens, quais são suas bandeiras, como se articulam e qual a sua relação com as instituições políticas. Falamos também sobre as noções de juventude e política que podem estar emergindo nesse contexto efervescente e sobre qual tem sido o papel do Estado, da mídia e dos próprios jovens nessa redefinição. Conversamos ainda sobre o papel e importância das ciências sociais e humanas nesse contexto.

Claudia Mayorga: Nos últimos anos, os jovens da América Latina foram às ruas e espaços públicos com diversos protestos. Com reivindicações pela democratização e a não privatização da educação, a expansão do transporte público, a liberdade de expressão, a rejeição da corrupção na política e outras causas, a juventude está na rua. Como vocês viram as manifestações dos jovens no Chile e no México?

Oscar Aguilera: O primeiro ponto que poderia destacar é que a pergunta sobre o vínculo entre juventude e política havia praticamente desaparecido da pauta de pesquisa e reflexão nas ciências sociais e humanas. Poderíamos sustentar uma breve tese de que, de 1995 a 2005, na América Latina, se produz um tipo de invisibilidade de práticas políticas juvenis. Esta invisibilidade, obviamente ocorre em um contexto de auge do neoliberalismo na América Latina e, em paralelo, acompanha um relato sobre a sociedade que vai despolitizando-a progressivamente e isso atinge basicamente os jovens e o mundo infantil. Parece que os jovens, nesse período, não estavam preocupados com a sociedade e isso impactou a própria forma de compreender a juventude daqueles que estavam realizando estudos sobre ela. De fato, chegou-se a sustentar que este momento era como 68, mas ao contrário – enquanto 1968 marca o auge do compromisso político, de transformação social pela juventude, o período entre meados de 1990 e meados de 2000 constituiria sua outra face: o mínimo compromisso político com a sociedade e com a transformação das estruturas políticas e econômicas. Acho isso muito interessante, porque no Chile, assim como em outros países da América Latina, significa uma compreensão do mundo juvenil distanciado, apático com a política. Esse é o contexto em que eu, a partir do meu trabalho, tento começar a responder. O que eu observava em meu dia a dia de trabalho era que os jovens, homens e mulheres, estavam de alguma maneira constituindo, reconstituindo, um tecido associativo com forte territorialidade, ensaiando formas de gestão e organização que não reproduzissem modelos verticais ou adultocêntricos em um processo que é lento e vai se desenvolvendo em diferentes âmbitos. Um primeiro âmbito é o dos

próprios movimentos estudantis. No Chile começa a se desenvolver um tipo de ciclo de manifestação social que chamo de *movilización callejera* (mobilização de rua), a partir do ano 2000, mostrando, basicamente, um aumento da massa, ou seja, muitos jovens protestando nas ruas. É, na verdade, um episódio, com duração limitada, no início do ano escolar, basicamente março-abril, e muito instrumental, ou seja, com reivindicações e petições muito específicas, nada estruturais. Esse processo se inicia em 2000 e vai crescendo como um repertório específico de protestos, impactando outros movimentos, nos quais os jovens também começam a participar. São exemplos o *movimiento de pobladores* (movimento popular pela moradia), que também desenvolve novas formas de mobilização, e, particularmente, todo um sindicalismo jovem concentrado em torno dos subcontratados das empresas mineiras de cobre. Dessa maneira, este ator jovem que vinha ensaiando formas de organizações, de mobilizações etc, começa a se expressar simultaneamente entre diferentes atores sociais: o mundo do trabalho, o mundo sindical, o mundo estudantil e o mundo dos sem-teto. O que acabou ganhando maior visibilidade e capturou o sentido global de tudo isso foi o movimento estudantil, que é onde se expressam como jovens esses sujeitos.

Rogelio Marcial: Aqui no México existem diversas manifestações juvenis centradas, em sua maioria, nas questões de democracia e inclusão. No entanto, há outros temas com os quais os jovens mexicanos também se preocupam, como a falta de oportunidades no sistema de educação pública, média e superior, as tentativas de privatizar esse sistema, a corrupção associada à presença de empresas multinacionais que não cuidam do ambiente e não outorgam direitos aos trabalhadores (através do *outsourcing*), a mobilidade urbana, a falta de espaço para as manifestações dos jovens, entre outros. As mobilizações são muito espontâneas, com críticas fortes ao sistema que costumam ser reprimidas pelo Estado mexicano.

Claudia Mayorga: As formas empíricas através das quais os jovens fazem política no México, Chile e Brasil têm elementos em comum... [Utilizo aqui a expressão de Oscar Aguillera em seu *Tan jóvenes, tan viejos: los movimientos juveniles en el Chile de hoy* (2003)] Há, na sua opinião, alguma relação das manifestações no México, Chile ou Brasil com os movimentos como Occupy Wall Street, 15M ou a Primavera árabe? Vocês identificam aspectos específicos da juventude latino-americana nesse processo?

Rogelio Marcial: Eu penso que a conexão com esses fenômenos está relacionada com a imposição autoritária dos modelos neoliberais de desenvolvimento econômico que precisam, para funcionar, de medidas sociais e políticas impopulares por parte dos governos locais. Ainda que essas medidas possam se referir a temas muito diferentes, segundo os contextos históricos, sociais e culturais de cada nação, a indignação da população civil se manifesta nas praças e ruas frente à obstinação de sistemas políticos estagnados e antidemocráticos, nos quais os políticos, os sindicatos oficiais, a Igreja católica (no México) e outras instituições não aceitam novas propostas, canais reais de debate e tomadas de decisões que afetam a todos e todas, como também a responsabilidade e a punição dos que, desde estas instituições, atuam afetando o bem-estar social. Vejo que as decisões centrais são tomadas nos *lobbies* da política formal, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelos órgãos mundiais (OCDE, FMI, BID etc.) a fim de permitir que as nações sejam avalia-

das positivamente e mantenham uma relação perversa de financiamento/endividamento que, finalmente, cobrará as faturas à população civil mediante a privatização de serviços, a falta de representação de todas as forças sociais na política formal, a alienação dos bens públicos, a retirada do Estado de suas obrigações inerentes a favor do bem-estar social, o desenvolvimento integral da população e o sistema de segurança contra o crime organizado, o investimento na saúde pública, educação, arte e cultura, geração de empregos dignos, com prestações de segurança social e, inclusive, delegação de decisões que afetam diretamente a soberania de cada nação. É cada vez mais evidente que as instituições formais do governo que tomam as decisões políticas (Congressos, Câmaras, Comissões) são meros “teatros” onde “encenam” processos democráticos e representativos de todas as forças sociais para legalizar decisões tomadas de antemão por um número reduzido de personagens políticos com interesses particulares, ligados, muitas vezes, aos interesses provenientes do outro lado da fronteira nacional, mas que são impostos como da população como um todo. Dentro de todo esse contexto, os jovens latino-americanos atuam dentro dos limites do possível sob pena de serem violentamente reprimidos se os transgridem; o que acontece cada vez com mais frequência. A história dos movimentos juvenis em nosso subcontinente, pelo menos daqueles em que a presença de jovens é significativa (trabalhadores, estudantes, guerrilheiros, grupos culturais indígenas, alternativos, dissidência sexual etc.), contém uma herança radical política que em ocasiões é retomada, reelaborada e colocada em prática por alguns grupos e movimentos sociais.

Oscar Aguilera: Para entender a onda de protestos globais que ocorreu e vem ocorrendo desde 2011 seria preciso distinguir os planos globais estruturais que permitiriam compreendê-la, e certamente o que une a maioria de todos estes processos é esse contexto neoliberal e de tensão neoliberal de políticas que provocam tensões entre formas culturais, formas específicas de vida localizadas, seja no mundo ocidental ou no oriental. Há uma variável que tem a ver com o modelo econômico neoliberal. Em segundo lugar, há questões relacionadas com os regimes políticos e aqui começo a encontrar talvez a especificidade geracional: não podemos perder de vista que, no conjunto dos protestos, o que é colocado diretamente em jogo pelas demandas juvenis é a profunda crítica a um modelo liberal representativo, ou monárquico liberal no caso dos países do Oriente, no qual as possibilidades de participação, deliberação, tomada de decisões, estão mediadas, delegadas por um conjunto de sujeitos chamados parlamentares, o chamado poder executivo, pelo qual a cidadania em termos gerais não tem grandes níveis de incidências, com exceção da participação nas eleições através do voto. Essa é uma crise muito mais política que estrutural. Seu princípio estaria fundamentado na inconformidade com o modelo democrático liberal representativo que funciona em quase todos os países que estamos relacionando à onda de mobilização de 2011. Nesse contexto de profunda crítica, a segunda questão já é muito mais crítica, que podemos traduzir em termos de que há uma subjetividade política juvenil que vai se alimentando e entrando em contradição com essa ordem e esses regimes políticos; estamos falando de uma subjetividade política juvenil que talvez não se traduza ou não esteja alimentada por algum programa forte em termos ideológicos, não há uma ideia de esquerda nestes movimentos, não há um projeto revolucionário pré-constituído, o que há é um profundo sentimento ético de

indignação pela injustiça que estão experimentando as grandes maiorias de cada uma de nossas sociedades. Então, a velha ideia do reencantamento com a política a partir da ética seria o segundo momento ou esse segundo ponto em comum em boa parte destas experiências. São duas ideias provisórias e que formam parte de uma discussão que nesse momento estamos desenvolvendo junto com um grupo de pesquisadores de nove países em um projeto que se chama *Geração Indignada*, uma análise dos protestos globais de 2011.

Claudia Mayorga: Concordo com a análise de vocês, quando relacionam as manifestações com a insatisfação e profunda crítica ao modelo neoliberal. Entendo que no Brasil isso ocorre, mas de maneira mais específica, porque faz dez anos que temos governos federais vinculados ao Partido dos Trabalhadores, partido que tem uma ligação histórica com a perspectiva popular e de esquerda e abordou temas sociais importantes. No entanto, há uma forte posição liberal que parece constituir as democracias contemporâneas e o Brasil é um exemplo disso. Um elemento muito usado em nossos países, por exemplo, se refere à maneira como esse estado neoliberal se relaciona com os movimentos sociais. As manifestações populares e juvenis foram fortemente reprimidas e criminalizadas pelo Estado. A relação direta entre a delinquência, o vandalismo e a juventude foi incorporada com muita força. Como os Estados mexicano e chileno e a sociedade em geral se posicionaram ou reagiram às manifestações e organizações juvenis? Da perspectiva da delinquência, rebeldia e crítica? Rogelio argumenta algo a respeito em seu livro *Andamos como andamos porque somos como somos* (2006)...

Rogelio Marcial: No México também. Temos documentado a maneira como o Estado mexicano vem construindo e consolidando, há mais ou menos 15 anos, processos claros de criminalização da dissidência social. Acontece que aqui as mobilizações e protestos juvenis mais radicais se criam a partir de três processos, para mim muito claros e perversos, de controle social da juventude. O primeiro tem a ver com a criminalização do jovem. No México, desde o movimento estudantil de 1968 e seu contemporâneo relacionado com a cultura do rock, com diferentes matizes e ritmos parecidos ao movimento das ondas (vão e vem, mas não desaparecem), considera-se que se você é jovem é um criminoso em potencial, um delinquente que em qualquer momento prejudicará a paz pública e a harmonia social; por isso é preciso vigiá-lo, controlá-lo e castigá-lo. As “ondas” mais altas desse processo foram naqueles anos (1967-1975), durante um período de crise econômica e de governo (1985-1996) e durante a chegada da extrema-direita ao poder, representada pelo Partido Ação Nacional (2000-2012). O segundo processo tem a ver com a criminalização da pobreza. Desde a crise econômica dos anos 1980, se construiu um olhar mais atencioso ao pobre, que não possui o mais essencial, porque pode “arriscar tudo” a qualquer momento. Por isso também há que identificá-lo para controlá-lo e reprimi-lo através da marcação de características corporais (raciais e de vestimenta), ao estilo do *racial profile* nos Estados Unidos, que funciona como um “agravante” e semeia suspeita em determinados setores da população. Se bem que, na verdade, o racial afeta somente os que provêm diretamente dos grupos originários de nossa nação (o que não ocorre nos Estados Unidos, onde existe uma presença majoritária das chamadas “minorias étnicas”), junto com um olhar de desprezo que inclusive criminaliza os que com aspectos raciais (mesti-

ços) se apresentam como pobres urbanos e rurais. Por último, temos o terceiro processo, o mais contemporâneo, de criminalização da dissidência social, que tem a ver com as medidas impostas pelos Estados Unidos e que são mascaradas como uma luta contra o “terrorismo internacional” que afeta sua “soberania” e, por isso, justifica o ataque além das suas fronteiras nacionais. Sob essa armadilha, foram consolidados os processos que criminalizam os movimentos sociais e os grupos guerrilheiros, como o *Ejército Zapatista de Liberación Nacional* (EZLN), que atuam de maneira fortemente repressiva e cometem delitos como “crime contra a nação”, “terrorismo”, “subversão”, “incitação à guerra”, “sedição” aos que expressam, desde seus direitos mais essenciais, sua dissidência em espaços públicos e sua possibilidade de se reunir e expressar a respeito. Tais “delitos” no México são graves e muitas vezes os que participam nas passeatas e comícios são acusados (além disso, sofrem processos judiciais cheios de armadilhas e irregularidades), podendo receber penas de prisão muito prolongadas e sem direito à fiança. Assim são as coisas, aquele jovem de baixa renda que decide, com todo direito, manifestar sua discordância é um sujeito altamente “perigoso” e merecedor da mais cruel repressão institucional. Tudo isso está blindado por meio da participação significativa dos principais meios de comunicação do nosso país, principalmente o que chamamos aqui de duopólio televisivo (Televisa y TV Azteca) e também a imprensa escrita, que constroem, difundem e naturalizam os processos de criminalização já mencionados e as ações repressivas tomadas pelo governo a respeito.

Oscar Aguilera: Em qualquer sociedade, imagino que o Estado deve tentar cumprir o mesmo papel: garantir uma relativa ordem. No entanto, existem margens de tolerância e permissão da mobilização política em termos gerais e especificamente da mobilização juvenil. No entanto, essa margem de tolerância está cada vez mais pressionada por um conjunto de políticas que já são diretamente criminalizadoras. No Chile, temos um projeto de lei custodiado pelo Executivo a respeito das mobilizações juvenis de 2011 e a violência desencadeada nesse contexto de mobilizações, que tem como finalidade garantir a ordem pública. E ali há duas questões fundamentais e que merecem uma reflexão um pouco mais profunda. A primeira delas é que o projeto de lei incluiu inicialmente como delito a ocupação nos estabelecimentos educacionais. Portanto, se penalizava e se judicializava a ocupação da escola secundária e da universidade, com o pretexto de que esses também eram atos de violência. Vinculado a isso, a atitude de cobrir o rosto com algum tipo de capuz, ou seja, o fato de cobrir o rosto no momento de uma manifestação ou de uma ocupação era considerado delito específico; portanto, esse primeiro projeto de lei continha uma reação absolutamente repressiva e criminalizadora dos movimentos juvenis e particularmente do movimento estudantil, e, por outro lado, o projeto de lei incluía uma penalização específica a todo aquele que insultasse verbalmente a polícia. É evidente que esse projeto, que está sendo discutido no parlamento e foi bastante questionado, tenha componente repressivo, limitando fortemente a liberdade de protestos e de associação. Se esse projeto não conseguiu avançar, não foi pela vontade dos parlamentares de direita, mas por haver sido interceptado no parlamento porque o próprio movimento estudantil e o conjunto de movimentos sociais se mobilizaram para tentar denunciar essa situação.

Claudia Mayorga: Que situação!! No Brasil ocorreu algo parecido. Em algumas cidades estão elaborando projetos de lei para proibir e criminalizar as manifestações. No Rio de Janeiro, por exemplo, o governador sancionou o projeto de lei que proíbe mascarados nas manifestações e obriga que todo ato ou manifestação seja informado às autoridades policiais com antecedência. Protestos contra essa decisão ocorreram em todo o Brasil.

Oscar Aguilera: Com relação a isso, entendo que eu, como analista do social, não posso ignorar que no contexto das mobilizações são produzidas táticas de violência em vários níveis: violência simbólica, violência material contra propriedade privada e violência de enfrentamento de sujeitos entre si, manifestantes com a polícia etc. E, nesse contexto, em geral, a mídia tem sido muito habilidosa para nos saturar de informação sobre violência. Aqui no Chile foi muito comum que no contexto de mobilizações onde participavam cem mil estudantes em Santiago, não tenha sido noticiado que cem mil estudantes saíam às ruas de Santiago de maneira criativa, alegre, lúdica, mas que, desses cem mil, mil se dedicavam a atacar propriedades privadas, a enfrentar a polícia; ou seja, o que esse 1% fazia e realizava equivalia a 100% em termos simbólicos, e essa foi a estratégia da mídia, de maneira orquestrada a partir do sentido comum, que agravou esse tipo de situação. Tudo isso em um momento em que nossas sociedades vivem a questão da insegurança, esse tipo de prática de violência política entra também a reforçar paradoxalmente um discurso e uma ideia dominante de controle social.

Claudia Mayorga: Em recente pesquisa sobre a relação entre juventude e política, realizada por um grupo de pesquisadores de diferentes regiões do Brasil, analisamos a tensão, que em minha opinião é central nesse debate, sobre a participação da juventude nas instituições da política e na política da vida cotidiana. O segundo ponto, tomado como central em muitas organizações juvenis já pesquisadas, parece indicar uma preocupação da juventude em intervir nos processos e dinâmicas de reprodução das desigualdades, violências etc. Vocês entendem que as formas de organização e questionamento da juventude na atualidade são uma espécie de política da vida cotidiana? Os jovens estão produzindo respostas aos discursos socialmente hegemônicos?

Rogelio Marcial: Mais ou menos. Acho que as formas de organização coletiva e questionamento social por parte da juventude contemporânea se alimentam de uma política da vida cotidiana, os significados e as sensibilidades daquilo que consideram importante porque os afeta diretamente. É notável o desinteresse dos jovens pela política formal (sistema de partidos) porque já não acreditam nela (no México, não só os jovens deixaram de acreditar), mas a política no seu cotidiano é muito importante. Digo exatamente o que me disse um jovem *punk* de Guadalajara: “Para mim não importa quem nos governa, se é o PRI, o PAN, o PRD ou quem for. Todos são iguais e, além disso, eu sou anarquista. O que me interessa é que já não me detenham os policiais em cada esquina, que não me deem trabalho ou não me permitam entrar em certos lugares por causa da minha aparência, que não vigiem nosso centro comunitário porque pensam que somos delinquentes e distribuímos drogas”. A maioria não costuma participar de organizações civis que defendem o meio ambiente ou direitos humanos (tipo Green Peace, Human Rights, Amnistía Internacional), mas eles são muito sensíveis à degradação ecológica de seus ambientes ou comunidades e às ofensas contra seus contemporâneos por questões raciais, sexuais e

culturais. Talvez prefiram não entender muito de macroeconomia, mas sabem que aqueles que dirigem este país estão fazendo algo errado, porque eles e elas materialmente falando não estão bem. Ou como me explicou um jovem de uma gangue de um bairro pobre e violento da cidade: “É que os governantes têm que entender que sem trabalho (emprego), não há futuro, nem sequer presente”. É essa política da vida cotidiana que permite posicionamentos daqueles que vivem em suas comunidades, e as saídas alternativas para isso ocorrem através da dissidência, só que dissidências no âmbito cultural, “politizando” a cultura, ou, no pior dos casos, na informalidade, na para-legalidade e ilegalidade. Aqui no México é possível detectar discursos contra-hegemônicos de questionamentos raciais e dissidências políticas nas expressões identitárias e culturais de alguns jovens, especificamente dos que se manifestam a respeito. O que acontece é que estes discursos dissidentes não se estruturam e se difundem por canais institucionais nos quais a sociedade pretende encontrá-los (política formal). Há que “buscá-los” e “encontrá-los” em práticas como o consumo cultural, o grafite, a música, as festas, suas identidades, expressões e referentes culturais.

Oscar Aguilera: Sem dúvida que, se há algo que está caracterizando as políticas juvenis, é seu sólido vínculo entre ética e política. A ética não funciona em um plano abstrato nem se localiza institucionalmente; a ética se vive, se experimenta. Dessa perspectiva, podemos compreender porque muitas das ações ocorrem principalmente a esse nível, intergrupar, grupar e intragrupal. Não necessariamente em termos de massa ou estrutura política, mas em termos de uma espécie de sociabilidade compartilhada em um contexto de privatização completa e de conversão da educação em um mercado específico, jovens desenvolvem pré-vestibulares populares no Chile, ou seja, jovens estudantes que têm “maiores capitais educacionais”, que puderam estudar numa universidade, preparam e auxiliam os jovens que não têm dinheiro para que estes possam ingressar em uma universidade. É um fenômeno que tem, sem dúvida, um caráter político forte: o de assumir uma questão que deveria ser um recurso do Estado, isso se faz por uma autogestão juvenil, mas está fundamentada em termos éticos. Não estamos dispostos a esperar que o Estado faça algo com relação a isso, nós o faremos. Vemos que esse tipo de práticas autogestionadas e fortemente éticas são expressas em planos distintos de luta: mais ou menos territorializada, o importante é entender que esta diversificação da forma expressiva da política não está mais ancorada exclusivamente no parlamento, na estrutura representativa, mas que começamos a experimentar diariamente em diferentes níveis. Há cinco anos, teria sido impossível que um dirigente estudantil se candidatasse a prefeito em um município ou que dirigentes estudantis decidissem participar nas próximas eleições como candidatos a deputado e isso hoje em dia é muito comum. Hoje temos cinco importantes dirigentes estudantis universitários de 2011 que são candidatos a deputados, três deles com muitas chances de serem eleitos, então, temos um leque de expressão política juvenil que vai desde o trabalho de base, o trabalho mais intergrupar, o trabalho de formação e de autoformação, até os níveis de atuação na política nacional através de estruturas representativas, ampliando a própria ideia de política e de possibilidade de outras realidades que contem essas práticas e estes discursos juvenis.

Claudia Mayorga: Ao mesmo tempo em que a política está sendo revisada e há uma forte crítica com relação às formas institucionais de pensar e fazer política, as noções acerca da juventude estão se reconfigurando. Vocês aceitam que esses eventos e todo o contexto contemporâneo estão produzindo uma certa ideia de juventude? Quem são os principais atores que têm participado dessa construção no Chile e no México? O Estado, as ciências humanas e sociais, os próprios jovens?

Rogelio Marcial: Acredito que podemos responder essa questão com o que mencionei sobre criminalização da juventude (particularmente, da juventude dissidente e empobrecida), cujo processo vem sendo construído pelo governo e pelos meios de comunicação de massa, e que é replicado pela sociedade em geral através da criação de estigmas e etiquetas sociais para o jovem em geral e para alguns estilos de vida juvenil em particular.

Oscar Aguilera: Há uma ideia que eu sustento de que a preocupação com a juventude passou por distintos lugares institucionais de produção e que esses lugares estão fortemente determinados pelo contexto sociopolítico que os habilita como lugares para produzir conhecimento sobre a juventude. Na década de 1980, no contexto da ditadura, onde não há o desenvolvimento das ciências sociais de maneira sistemática nas universidades, produto da repressão e da censura, os que ocuparam o lugar de produtores de conhecimento sobre a juventude foram precisamente as organizações não governamentais, que produziram um tipo de conhecimento eminentemente qualitativo e orientado, precisamente, a pesquisar a rebeldia ou os protestos juvenis no contexto da ditadura. Com o fim da ditadura e a transição para democracia, quem ocupou o lugar de produtor de conhecimento sobre a juventude foi o Estado, especificamente as políticas sociais do Estado. Isso permite compreender também a particularidade dos discursos hegemônicos sobre a juventude, porque quando assume o primeiro governo de transição democrática, faz um reconhecimento explícito que existe uma dívida social a ser paga aos jovens. Jovens que se comprometeram na luta contra a ditadura, que não puderam continuar com seus projetos de vida devido ao ambiente de repressão, de expulsão das universidades, de não terem trabalho etc, e o Estado, através de suas políticas sociais, o que faz é decidir se estes são jovens têm danos psicológicos. É como os caracterizou: jovens com um dano psicossocial aos quais nossas políticas devem reparar, então, quem começa a produzir conhecimento sobre a juventude será basicamente o Estado através das políticas sociais e das políticas públicas. Ali também se produz uma mudança metodológica porque não serve ao Estado, em termos gerais para seu plano de política, o estudo qualitativo de caso, mas ele requer informação que tenha possibilidade de ser generalizada a toda população jovem. E aí é onde, por exemplo, nascem pesquisas nacionais de juventude. O Chile é o único país da América Latina onde, de maneira sistemática e durante aproximadamente 20 anos ou mais, vêm sendo realizadas pesquisas nacionais de juventude. Essa particularidade é muito interessante. Em paralelo, vai se produzindo um momento em que as ciências sociais ficam presas a um discurso que é bem mais midiático no sentido comum de respeito às manifestações culturais dos jovens. Então, o que se enfatiza em um período muito curto, mas de maneira muito intensa, foram as dimensões espetaculares ou culturas espetaculares que caracterizam a juventude. Estamos falando dessas culturas, dessa ideia de tribo urbana que se instala de modo midiático muito forte e no

qual as ciências sociais entraram para reproduzir essa ideia de juventude,, com o acréscimo de que todo esse período de jovem debilitado psicossocialmente, de jovem tribo urbana, o que continha no fundo era um tipo de *semantização da juventude como impossibilidade política*. O que definia essas modalidades era precisamente que não podiam ou não queriam se vincular, ativar-se politicamente. Isso começa a romper em meados de 2000/2006, especificamente com a revolta dos estudantes do ensino médio, a *Rebelión de los Pingüinos* (Rebelião dos Pinguins), como a chamei em algum momento, porque o que aparece na cena é basicamente uma comunidade de pesquisadores de ciências sociais e humanas que começam a se perguntar sobre o próprio discurso que haviam construído e ajudado a construir na década passada – este discurso de uma despolitização juvenil.

Claudia Mayorga: Sim, sim... Vivemos uma reconfiguração da experiência política juvenil com questionamento sobre a ideia política de juventude. E, de fato, todas essas manifestações, esse contexto contemporâneo tem implicações epistemológicas e metodológicas para o campo de estudo sobre a juventude. Concordam? E aproveito para perguntar a vocês: quais são as metodologias com as quais trabalharam em suas pesquisas sobre jovens estudantes chilenos e os jovens *tapatíos* (de Guadalajara, Jalisco, ou relativo a esta cidade e estado mexicano)?

Rogelio Marcial: Concordo totalmente. Os marcos interpretativos sobre as juventudes contemporâneas devem ser repensados e reformulados. Muitas das práticas e discursos juvenis obrigam a pensá-las e analisá-las de acordo com olhares mais amplos que estejam abertos a muitas coisas que não “esperamos” encontrar em campo. Tratei de resolver isso através de um esquema que considera como ponto de partida que na arena social se encontram e se enfrentam diversas identidades, e muitas vezes estes encontros não são harmônicos. O tema de poder deve ter um papel central na análise porque a relação institucional a que está submetida a juventude é hierárquica e impositiva. A partir disso, trato sempre de identificar os discursos públicos destas identidades juvenis que costumam iniciar um diálogo coerente com o discurso público dos agentes de governo e suas instituições. Mas é necessário indagar os pontos de choque entre ambos. É aí que se movem as dissidências juvenis e é aí que tratam de impor uma visão de controle por parte do governo e dos meios de comunicação de massa. As referências teóricas que guiam meu esquema provêm de autores como Norman Long, Olivier de Sardan, Michel Foucault, Anthony Giddens, James C. Scott, Jacques Rancière, Robert Lechner, entre outros.

Oscar Aguilera: Sem dúvida que tem implicação metateórica, porque trabalhamos com teoria. O que acontece é que o modo como temos utilizado essas teorias não tem sido o mais pertinente, e acredito que o próprio exemplo de definir o que é uma prática política e o que não é expressa precisamente essa reflexão sobre as categorias e as teorias com as quais trabalhamos e o modo como as utilizamos. Sem dúvida, o que vem ocorrendo de 2006 em diante tem sido uma revisão do próprio arsenal de categorias teóricas com as quais vínhamos trabalhando, voltamos a perguntar sobre seu uso e a utilizá-las sem a redução que empregamos em algum momento. É uma primeira consideração que tem um impacto direto e que está em um plano bem mais epistemológico, recuperam-se os sujeitos e se lhes dota de capacidade reflexiva. Durante muito tempo o que fizemos foi conceber o

sujeito jovem como fonte de informação e o que vem sendo feito durante o último ano, em distintas experiências no Chile e América Latina, é considerá-lo um co-construtor do processo, do conhecimento produzido, um sujeito político ao final de contas. Para conhecê-lo como um sujeito político com capacidade de refletir sobre seu ambiente, as próprias metodologias com as quais vimos trabalhando vão se orientando para esses modelos mais de pesquisa/ação participativa, inclusive, que tinham desaparecido dos nossos modos de fazer ciência social ou humanas, então há um componente metateórico que tem uma especificidade epistemológica e metodológica inegável em todo este processo. Ora, isso não se produz de modo homogêneo, temos que reconhecer não só a ênfase disciplinar, mas a produção de síntese e articulações interdisciplinares, que há dez anos teriam sido impensáveis. Há dez anos ainda existiam sólidas muralhas que separavam o que é sociologia, antropologia e psicologia, citando apenas três disciplinas. Hoje em dia essas muralhas, em boa parte dos que se dedicam a estudar juventude e movimentos sociais, estão muito debilitadas. Esses muros estão a ponto de cair em algumas situações, e o que surge é uma nova sensibilidade pesquisadora que assume precisamente que produzir conhecimento sobre a juventude supõe um compromisso com a transformação das mesmas condições que vivem os jovens, não somente em termos de denúncia, mas também em termos de ações cotidianas de transformação. No Chile temos experiência, por exemplo, de participação em liceus e escolas autogestionadas, que começam a se desenvolver a partir do movimento estudantil de 2006. A universidade começa a sair da universidade e a se abrir e se instalar na sociedade, realizando atividades de extensão ou de formação específica. Os próprios movimentos sociais começam a desenvolver processos específicos de formação, nos quais alguns pesquisadores e acadêmicos também participam. E nesse contexto há muita experiência de comunidades pesquisadoras que desde o compromisso militante, inclusive com os movimentos juvenis, estão produzindo conhecimento. Isso não acontece de maneira global na comunidade pesquisadora. Há uma especificidade também nos próprios pesquisadores mais jovens.

Claudia Mayorga: No Brasil, nos últimos meses, essa multidão de jovens que ocuparam as ruas, universidades e instituições públicas expressa causas muito heterogêneas, que é um pouco o que vocês também falam. Há questões específicas dos jovens de subúrbios, universitários, jovens feministas, gays, lésbicas e muitas vezes essas bandeiras são antagônicas. De fato, tal diversidade é algo que percebemos desde os anos 2000, quando presenciamos um apelo permanente à sociedade civil para a construção de uma cidadania participativa e acho que algo semelhante acontece no Chile e no México. Vocês pensam que é possível identificar distintos projetos de sociedades e concepções nas manifestações e organizações juvenis na atualidade? Seria possível identificar quais são esses projetos?

Rogelio Marcial: Aqui também encontrei que, frente às solicitações ou bandeiras muito delimitadas a problemas concretos, muitas vezes se antepõem as visões de uns e outros jovens. No México, existem jovens com visões ainda muito conservadoras e receio que representem a maioria. Algumas de suas solicitações giram em torno de questões relacionadas com educação, ecologia e insegurança pública. Às vezes, podemos vê-los nas manifestações sobre mobilidade urbana (particularmente, o uso seguro das bicicletas e a extensão de tempo no transporte urbano de circulação) e direito à cultura. Temos outras mobiliza-

ções parecidas realizadas por estudantes, principalmente os da universidade pública (Universidad de Guadalajara), que têm reconhecimento da instituição (porque entre os alunos existem várias organizações alternativas à oficial). Estes jovens, com melhores rendas, ensino superior e mais visibilidade social, costumam entrar em conflito com outros jovens que se expressam e se manifestam através de temas como o matrimônio gay e o direito à diversidade sexual, contra a penalização do aborto, a legalização da maconha, a laicidade do ensino público e algumas expressões culturais alternativas. Os tapatíos construíram uma sociedade diferenciada, classista e de tradições conservadoras. Muitos jovens continuam com essa tradição, ainda que muitos outros (menor número) busquem rompê-la e isso costuma gerar alguns conflitos.

Oscar Aguilera: Eu acredito que a diversidade de projetos (inclusive de sociedade) no mundo juvenil é fato. A questão seria como se expressam esses vários projetos sociais com os grupos de jovens existentes. Como se relacionam e com que outros projetos entram em conflito ou aliança para tratarem de impulsionar suas próprias políticas. E aqui há outra questão que nós, como pesquisadores, deveríamos atentar: sempre que falamos de compromisso, de política ou das práticas políticas dos jovens, assumimos que essas políticas são progressistas e o que fazemos aí é apagar uma boa parte da juventude que não está relacionada à política progressista. Temos aqui um antecedente que é muito concreto. Quando, há seis ou sete anos, se discutiu a entrega de pílulas anticoncepcionais de emergência, nos sistemas públicos de saúde, para jovens que tinham feito sexo sem proteção e que corriam risco de engravidar, os principais grupos juvenis que se mobilizaram foram grupos conservadores que não estavam dispostos a permitir que essa política liberal definisse o significado da sexualidade. E esse é um movimento pouco estudado e conhecido. No Chile estamos a poucos dias de comemorar mais um ano do que ficou conhecido como Matança do Seguro Operário (*Masacre del Seguro Obrero*). Foi um acontecimento político ocorrido em 1938 em que um grupo de mais de 100 jovens nacional-socialistas chilenos ocuparam o prédio da Intendência de Santiago e o governo ordenou expulsá-los a tiros. Morreram 63 jovens. Isso ocorreu em 5 de setembro de 1938. Todo ano nesta data, até hoje, os jovens nacional-socialistas realizam uma comemoração, uma romaria, nos lembrando de que eles também existem e que não são vistos entre os grupos juvenis. Aí entendemos porque há guerras, por exemplo, de baixa intensidade entre grupos ou culturas jovens específicas, como skinheads, punks etc. Resulta que quando estudamos, estudamos somente um e não os outros. Essas duas situações são expressões de que as comunidades pesquisadoras muitas vezes focalizam só um setor da juventude, invisibilizando o outro, e o que acontece é que estes projetos antagônicos se expressam em distintos lugares.

Claudia Mayorga: Sim, sim, concordo. Bom, a possibilidade de reconhecimento e de voz do sujeito subalterno em sociedades com histórias marcadas pelo colonialismo, imperialismo, como são as nossas sociedades – Brasil, Chile, México – foi problematizada por alguns autores da atualidade e muitos fizeram tais críticas desde a América Latina. Assim, pergunto a vocês: Como as bandeiras manifestadas por jovens chilenos e mexicanos emergiram na esfera pública, ou seja, quais são as estratégias que projetaram para que suas bandeiras, reivindicações e vozes fossem reconhecidas? Há uma procura pela institucionalização, por exemplo?

Rogelio Marcial: Tais bandeiras levantadas pelos jovens no México costumam ser introduzidas, como disse, em âmbitos e espaços sociais que a sociedade define como “apropriados” para manifestações juvenis. São muitas vezes construídas e difundidas através de redes informais criadas pelos jovens e, usualmente, têm a ver com algum assunto ou problemática muito concreta e específica. A partir disso, aparecem surpresas na esfera pública na medida em que os próprios jovens vão se dando conta de que seus pontos de vista, críticas e propostas devem tratar de “fazer eco”, socialmente falando, para poder transcender a página do Facebook, o território do bairro ou o espaço físico do coletivo. As estratégias de posicionamento buscam provocar a reflexão da sociedade através de práticas lúdicas, festivas, alegres e o que menos pretendem é se apresentarem como protestos, comícios e marchas tradicionais. Isto porque na sociedade mexicana há pouquíssima tolerância com as manifestações políticas em nossas ruas. Graças ao trabalho dos meios de comunicação de massa, a sociedade mexicana está em sua maioria “enclausurada” em sua problemática cotidiana e está “treinada” a partir dos meios de comunicação, principalmente a televisão, a ver como “preguiçosos” e “vândalos” os que saem às ruas para protestar. Por isso, muitas manifestações juvenis buscam novas formas de estarem presentes na esfera pública e “conquistar” a solidariedade social. É claro que em nosso país existem os extremos radicais, como o “branco” e o “negro”, de mobilizações que costumam se articular desde o início com a política formal para “assegurar” que serão escutados, até o outro extremo de grupos que se negam a estabelecer um diálogo ou relação com qualquer instância do governo ou partido político. Mas, em sua maioria, existe uma grande variedade de “cinzas” que se movimentam entre a aproximação e a autonomia com as instituições do governo, segundo as problemáticas que enfrentam cada um. Detectei que, principalmente sobre o tema de mobilidade urbana e as agendas de movimentos intelectuais, na cidade de Guadalajara se envolveram ativamente os jovens que têm estreitas relações, muitas vezes familiares, com os representantes do governo; e graças a isso, conseguiram negociar e avançar com algumas medidas em benefício da sociedade. Mas diria que algo que define a imensa maioria destas mobilizações é sua rejeição à institucionalização.

Oscar Aguilera: Ao analisar o ano 2006, o início mais público deste ciclo de mobilização juvenil, utilizei a noção de acontecimento, que é uma noção teórica de Michel de Certeau, etnólogo francês, historiador da cultura e antropólogo. Quando ele falava de acontecimento, precisamente se referia à posição dos sujeitos em assumirem a voz no discurso que deixa em evidência a estrutura simbólica de uma sociedade, e o que ocorreu em 2006 é precisamente isso. Os estudantes secundários começam a se posicionar, a falar, estudantes de 15, 16 anos, que inclusive não são cidadãos políticos e nem maiores de idade. E despojaram o rei. Isso foi o que aconteceu em 2006. Deixou claro o modelo, o sistema e a sociedade em que estávamos. E os que fizeram isso foram precisamente os mais subalternos dos subalternos. E também estudantes secundários de distintos lugares, não somente de colégios que aqui chamamos emblemáticos, importantes, mas de colégios que ninguém sabia que existiam então. Dessa perspectiva, sem dúvida que houve uma recuperação da palavra no discurso por parte dos jovens atores e especificamente dos atores estudantes do movimento secundário. Esse processo seguiu se desenvolvendo no tempo, com distintos ritmos, com distintas intensidades. Em 2011 se preocupa em homenagear geracionalmente

esta tomada de palavra, porque quem participa em 2011 são os de 2006 com cinco anos a mais de experiência política no corpo. Portanto, já não despem o rei, o deixam desnudo como em 2006, mas agora se está tentando construir uma peça de roupa, ou seja, uma forma de sociedade, elaborar um discurso sobre uma melhor forma de sociedade que a que temos e esse é o projeto e essa é a discussão que temos hoje em dia. É uma discussão em que o que está em jogo é fundamentalmente a possibilidade de construir hegemonia com respeito ao tipo de sociedade em que se quer viver. Aí, efetivamente, os líderes estudantis e movimento de estudantes secundários são atores e a discussão presidencial hoje entre as candidatas e os candidatos à presidência da República está caracterizada por se quem faz a política é a rua e os movimentos sociais ou se são eles, a classe política. Portanto, a pergunta não é se o subalterno pode falar. Parece que hoje em dia devemos perguntar como o subalterno está conseguindo a hegemonia. Há cinco anos era impossível pensar na ideia de gratuidade da educação. Hoje não somente podemos pensar, mas há um consenso na opinião pública de que a educação gratuita e de qualidade é necessária para o país. Nisso falamos dos trânsitos, da capacidade de articulação discursiva, do amadurecimento do projeto político que os movimentos juvenis desenvolveram e o que em seis, sete anos conseguiram ampliar e ultrapassar limites que não poderíamos ter previsto. Já não estamos discutindo se é necessário ou não, agora estamos discutindo como implementá-lo e isso marca uma diferença radical.

Claudia Mayorga: E na mesma linha de reflexão, o que vocês pensam que revelam os eventos e organizações juvenis atuais sobre as instituições sociais centrais como as instituições educativas, religiosas ou políticas? E, por outro lado, o que estimula os jovens a fazer o que fazem, como Oscar já havia perguntado?

Rogelio Marcial: A meu ver, as instituições mais importantes (educativas, religiosas e políticas) são desafiadas fortemente pelos jovens (mas não só por eles e elas). Hoje as escolas servem somente para que muitos jovens encontrem seus *cuates* (amigos). Não representam para eles segurança alguma para uma ascensão social, graças à obtenção de matrículas e pedagogias existentes, para eles a escola é extremamente chata e totalmente desvinculada da realidade em que vivem cotidianamente. Apesar de praticarem crenças religiosas, muitos jovens costumam se distanciar das igrejas e de seus representantes, não coincidem com suas valorizações morais explícitas e se afastam cada vez mais do recinto dedicado aos rituais sagrados. Os partidos políticos, os sindicatos e boa parte das associações civis costumam gerar desconfiança e desinteresse. É evidente um processo de desinstitucionalização juvenil em muitas das esferas de sua vida cotidiana – por imposição, no que se refere à oportunidade de se inscrever na educação formal e aceder a empregos com contratos e prestações de lei, e por eleição, no que se refere às relações amorosas em coabitação, sem necessidade de casamento, e em participações de redes informais de apoio e expressão cultural e política. As pessoas em geral estão cada vez mais distantes destas instituições sociais, mas são os jovens que tornam este processo mais constante na conjuntura atual.

Oscar Aguilera: Há várias considerações a serem tomadas sobre as relações dos jovens com as instituições sociais. Há um primeiro dado que é importante assinalar que é o movimento pela educação, que evidenciou, precisamente, uma busca por uma melhor qualidade de vida

para todos seus integrantes, para todos os que compõem e estão aos cuidados desse Estado, todos os cidadãos. E essa crítica aponta diretamente a desigualdade, que no país se manifesta também frente ao sistema de trabalho. Não é por acaso que o movimento de trabalhadores e o movimento sindical onde existe maior participação dos jovens tenha se desdobrado nessa forma contemporânea de trabalho, que é o trabalho precário e o trabalho terceirizado; e aí estamos falando de duas instituições básicas. Está sendo questionado o sentido de trabalho e o sentido da educação. Hoje em dia neste modelo de sociedade, portanto, há uma profunda crítica ao conjunto de instituições sociais; há mudanças menos perceptíveis, mas que são igualmente potentes: a instituição social chamada família que conhecemos há alguns anos, está mostrando signos evidentes de modificação, não somente em suas características, ou seja, já é muito difícil encontrar casais com filhos, com vários filhos, mas também está mudando o sentido e o tipo de relação específica que existe dentro dessas novas unidades familiares. O quanto está mudando é que haveríamos que investigar, quer dizer, quão diferente em termos qualitativos é essa família de hoje em relação à de ontem. Haveria que averiguar, mas aí há três instituições sociais básicas que estão em pleno processo de mudança e não poderia ser de outra maneira. A sociedade não é nunca a mesma, as sociedades se movem também a partir dos sujeitos que a compõem e, nesse contexto, as novas gerações, os jovens de amanhã, vão produzindo certos efeitos na organização social mais ampla. E já se viveu na educação, se está vivendo no trabalho, está experimentando na família, isso como uma primeira consideração de que sociedade está mudando sem dúvida. Seja o que acontecer com a proposta de educação que reivindicaram os estudantes com as reformas educacionais, se o próximo governo enfrenta essas reformas, se as desenvolve, isso será um ponto muito forte para que em outras instituições sociais as críticas que vêm sendo desenvolvidas também sejam produzidas.

Claudia Mayorga: É muito vigente uma posição sobre a juventude como sujeito do futuro, muitas vezes reforçada pela ideia de juventude como tempo de moratória social ou psicológica. Falou-se muito disso nos estudos e tal perspectiva está muito presente também no campo das políticas públicas. Os jovens com quem interagi em seus estudos têm abordado esta questão? Isso é uma pergunta para eles?

Oscar Aguilera: Cada vez que alguém quer enviar a juventude para o futuro, sinto que estou na presença de um fenômeno adultocêntrico. Porque não enviamos um adulto ao futuro, somente enviamos os jovens e as crianças, e se suspende tudo em função de um futuro. O que está acontecendo hoje em dia é que muitos jovens se dão conta de que o futuro é uma construção ideológica um pouco perversa, que os impede de viver da melhor forma o presente, sendo assim muitos estão nesta tensão de saber que o que estão fazendo é vital hoje e não para o futuro. É vital hoje para eles, já descobriram perdão, vida, potencial vital hoje em dia e também percebem e assumem que muito dessa potência vital e essa capacidade do presente, da transformação do presente, poderia permitir um futuro compartilhado, não só para eles, mas para outros que virão depois; mas o principal, na minha opinião, é que a desconfiança no futuro, o não futuro dos punks, está mais vivo que nunca. Do ponto de vista dos sujeitos jovens, é um recurso ideológico derivar no futuro tudo que por impotência não podemos concretizar no presente e os jovens se

revoltam profundamente contra essa ideia. Acredito que o que estamos vendo no Chile, e no nível global, é uma profunda rebelião ética frente a essa impotência de ter no presente uma vida melhor e uma melhor sociedade para todos e todas.

Rogelio Marcial: Na verdade, este é um dos discursos que sustentam a relação de custódia para a juventude. Porque se encontram em uma “etapa de transição” da vida e porque devem “semear” para “colher” no futuro. Em sua qualidade de “etapa”, todas as fases do desenvolvimento do indivíduo são transitórias (qualidade própria das etapas). Se somente é uma moratória social que cobrará sentido no futuro, então se impõe um critério de que o jovem é incapaz de decidir sobre seu presente. E o pior, realmente não é suscetível de direitos humanos, sociais e culturais até chegar à etapa adulta. De alguma forma isto preocupa muitos grupos de jovens em Guadalajara. Não é que visualizem isso nesses termos, mas expressam isso quando argumentam que como jovens querem viver e experimentar sua juventude de acordo com seus gostos culturais. É uma preocupação central em muitos destes jovens de hoje que é em sua juventude que precisam e querem ter acesso a diferentes questões e não quando forem adultos e precisarem enfrentar compromissos de outra índole. Ainda que em muitas políticas do governo se possa ler nas entrelinhas esta concepção do século XIX de moratória social e sujeitos do futuro, para os jovens isso não está de acordo com o que vivem.

Claudia Mayorga: Para mim está claro que na América Latina estão ocorrendo perspectivas críticas muito interessantes sobre tudo o que se relaciona à juventude e política, e o trabalho de vocês é um exemplo disso. Acredito que nós que nos interessamos por esse tema temos bons problemas que exigiram reconfigurações do campo de estudo sobre a juventude e a política com caráter de urgência. O que é urgente, diferente de tudo que falamos, é a reflexão sobre como produzimos, comunicamos e tornamos público o conhecimento científico. Estamos em um momento muito importante. Muito obrigada aos dois.

Rogelio Marcial: Obrigado, você!

Oscar Aguilera: Obrigado, Claudia.



Claudia Mayorga

Professora e pesquisadora do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil



Rogelio Marcial

Professor e pesquisador do Departamento de Estudos de Comunicação Social, Centro Universitário de Ciências Sociais e Humanas da Universidad de Guadalajara (México).



Oscar Aguilera

Acadêmico da Universidad Católica del Maule (Chile)

Juventude no século XXI: dilemas e perspectivas de Heloisa Dias Bezerra e Sandra Maria Oliveira (orgs.)

RESENHA POR
**Edwiges Conceição
Carvalho Corrêa**

Participação política entre jovens: reinvenções e utopias



Esta obra organizada por Heloisa Dias Bezerra e Sandra Maria de Oliveira trata da temática da participação política da juventude. Essa tem provocado inúmeros questionamentos e estudos por parte de acadêmicos e organizações nacionais e internacionais. Há sempre a tentativa de identificar elementos de mobilização e politização no comportamento juvenil em suas variadas nuances no âmbito institucional – identificado em várias pesquisas como arcaico e desacreditado pelos jovens – e, principalmente, em outros espaços de integração e socialização, como grupos religiosos, culturais, de ação voluntária, e outros. Na sociedade brasileira, no período de redemocratização, a juventude ganhou especial destaque, ao receber direito de voto aos dezesseis anos, podendo ser percebida como um agente importante no contexto das mudanças políticas.

Este livro trata dessa temática a partir de artigos de pesquisadores contemplando discussões atuais e relevantes sobre a juventude brasileira. Nos artigos que o compõem são tratados temas e enfoque teóricos que tratam do ativismo político juvenil e do empoderamento de grupos que estão ou não alinhados ao sistema político-partidário, assim como a adesão e a apatia dos eleitores jovens em relação aos sistemas eleitorais institucionalizados. Trata também da discussão em torno do papel do Estado na fomentação e execução de políticas públicas pertinentes a essa fase etária.

No prefácio, escrito pela professora da UFG, Dalva Borges de Souza, evidencia-se que o livro é importante para aqueles que pretendem compreender a juventude contemporânea, sobretudo neste momento da vida política brasileira, renovada inclusive pelas

manifestações de junho de 2013. Pode-se considerar que o livro traz pistas para a compreensão desse momento de efervescência, desconstruindo o estereótipo da juventude apática e desinteressada à participação política. Interessante frisar que os artigos que compõem esta coletânea partem de pesquisas empíricas realizadas em várias cidades e em espaços de atuação diversos. Também estão desprovidos de interpretações pré-concebidas em que a juventude é tratada com saudosismo, cobranças e censuras.

Conceição Firmina Seixas Silva e Lucia R. de Castro, a partir de pesquisas empíricas com jovens da cidade do Rio de Janeiro que participaram de projetos comunitários, fazem uma análise sobre a falta de motivação dos jovens pela política em ambientes institucionalizados. Para sustentar a tese de que apenas a participação institucional é insuficiente para a compreensão do ativismo político, as autoras fazem um histórico do campo de atuação político juvenil no Brasil desde o processo de abertura política até a inserção nos chamados novos movimentos sociais. A inserção da participação juvenil em “grupos fluidos” na área da educação, meio-ambiente e cultura, se encaixa nos anseios da juventude de se distanciar das formas convencionais de participação política. O ambiente não hierarquizado desses grupos é muitas vezes fomentado pelos próprios jovens e visa atender demandas locais e atuação por diversas causas. Para tanto o trabalho contempla duas análises, sendo a primeira de discussão sobre o cenário social e político latino-americano cujas condições possibilitaram o surgimento de ativismos fora das formas instituídas de participação, e a segunda dedicada à relação entre juventude e política no atual contexto social brasileiro, focando em ativismos não convencionais.

Paula Novaes Ramos observou como o poder pessoal e o poder social podem se manifestar perante o que se pode definir como “ajuda” no desencadeamento de um processo de empoderamento pela via da autoexpressão diante das condições materiais. O estudo foi feito tendo como referencial o projeto “Músicos do Varjão” que objetivava fomentar a autoexpressão dos participantes de forma integrada visando fortalecer a afirmação dos jovens em um cenário democrático. Visava também, fortalecer a identidade da comunidade, bem como sua autoestima. A discussão teórica se norteia na noção de poder social desenvolvida por Max Weber que parte do pressuposto de que a autoexpressão de individualidades não se configura egoísmo ou individualismo. A autoexpressão seria assim uma forma de manifestar o empoderamento de indivíduos e grupos através da expressão política e da arte, sendo também responsável pela interação de segmentos sociais de níveis sócio-políticos diferenciados, com diferentes acessos a bens e recursos. A autora discute teoricamente as diferenças entre os conceitos de “cuidado” e “ajuda” para a compreensão do processo de empoderamento.

Rosana Kátia Nazzari e Thaís Damaris da Rocha Thomazini analisaram a compreensão, o questionamento e a reflexão dos jovens no processo de auto-reconhecimento, enquanto sujeitos capazes de agir politicamente no contexto social em que vivem: especialmente em processos de socialização que objetivam integrar o jovem com a política contribuindo para a formação de sua cidadania, forjando cidadãos capazes de participar de processos de tomada de decisões políticas - relatados a partir do programa “Câmara Jovem” implementado pela prefeitura da cidade de Cascavel. Ao apresentar o histórico e o modelo do referido programa, as autoras embasam uma discussão teórica sobre

juventude e participação política, bem como as formas de participação popular frente aos problemas sociais. Afirmam também que o programa é objeto de análise por ser compreendido como o único espaço essencialmente político que tem como objetivo integrar o jovem com a política. A partir das entrevistas as autoras buscaram identificar a concepção dos jovens sobre o programa, sua interação com os demais estudantes e a percepção acerca do papel político que desempenham.

Ana Karina Brenner faz uma reflexão sobre a história da filiação partidária, bem como uma definição teórica sobre a direita e a esquerda no país, demonstrando em que nível se encaixam PT, PC do B, PDT, PSOL e PSTU, partidos a que os jovens são filiados. A partir da análise de entrevistas a autora consegue traçar o perfil da atuação juvenil nos partidos e sua relação com a militância no movimento estudantil. Outro aspecto apresentado é a percepção dos jovens no que concerne ao espaço de participação partidária. Fica perceptível a dificuldade de militância pelo que a autora identifica como tensionamentos intergeracionais que incluem problemas referentes aos discursos e as práticas partidárias de acordo com a percepção dos próprios jovens.

Heloisa Dias Bezerra, Sandra Maria de Oliveira, Milka de Oliveira Rezende, Sandra Regina Alves pesquisaram o problema da percepção de jovens de baixa renda em relação ao mundo da política, e, principalmente, como se reconhecem enquanto sujeitos da política. Abordam o problema da adesão ou apatia aos processos democráticos traçando um mapa da participação dos jovens em processos eleitorais e, complementarmente, apresentam um levantamento de dados e questões sobre políticas públicas para a juventude.

Flávio Munhoz Sofiatti apresenta uma avaliação da ação do Estado no que tange a produção e implementação de políticas públicas para a juventude brasileira. Mapeando as ações políticas intentadas no período de 1995 a 2010, nos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, faz um diagnóstico crítico dos avanços e limites das políticas governamentais buscando acompanhar os motivos do fracasso ou do sucesso de muitas das políticas lançadas no período.

Revalino Antonio de Freitas analisa a condição atual da juventude no Brasil, considerando aspectos relativos ao mundo do trabalho e proteção social. A legislação brasileira conforma uma ideia de juventude por faixa etária e limitada a idade de 29 anos, com preocupação perene quanto a condição do jovem enquanto sujeito ativo na cadeia produtiva do país. Novas institucionalidades e novos arranjos sociais e vínculos de solidariedade vão surgindo em um terreno marcado ambigualmente por adversidades e solidariedade.

Dijaci David de Oliveira analisa uma série de dados sobre violência contra pessoas jovens no Brasil, mostrando que o aparato repressivo do estado tem incidido negativamente sobre as taxas de homicídio para esta população. Comparando os índices do Brasil, da Região Centro-Oeste e do Estado de Goiás, identifica percentuais alarmantes em relação a Goiás, especialmente em casos envolvendo ações marcadas por violência policial.

Eduardo Sugizaki analisa uma série de textos de autoria de Michel Foucault (livros, artigos, aulas, conferências) para debater aspectos sobre soberania e biopolítica, temas caros à política contemporânea e que dizem respeito ao modo como o Estado se relacio-

na com a sociedade, no geral, e com o indivíduo, em particular. Direito(s), liberdade(s), vida e morte, Foucault permanece como o grande mestre de um pensamento crítico devotado ao entendimento do poder do Estado e de suas múltiplas possibilidades de transformação da política em mecanismo de opressão e ou libertação.

As pesquisas ora apresentadas revelam as tensões da vida cotidiana inerentes às relações sempre em construção entre, por um lado, o Estado compreendido em seus arranjos institucionais e forças, ou interesses manifestos por meio das forças políticas, e, por outro lado, a sociedade em sua infinitude de interesses individuais e coletivos, não necessariamente congruentes ou complementares.

Edwiges Conceição Carvalho Corrêa

Professora da Faculdade de Direito da PUC-GO

Doutoranda em sociologia pela PPGS-UFG

REFERÊNCIA

BEZERRA, Heloisa dias. OLIVEIRA, Sandra Maria (orgs.). Juventude no século XXI: dilemas e perspectivas. Goiânia, Canône Editoria, 2013.

O futuro da infância e outros escritos de Lucia Rabello de Castro

RESENHA POR
**Mariangela da
Silva Monteiro**

Escritos sobre a infância e reflexões sobre o futuro

Uma coletânea de textos sobre a temática da infância é o que nos apresenta Lucia Rabello de Castro em seu livro *O futuro da infância e outros escritos*. Nele estão presentes reflexões sobre o futuro, não apenas das crianças, mas de todos que comungam com elas os significados e sentidos da vida. Composto por textos escritos em momentos diferentes, o livro nos fala sobre a produção da infância contemporânea a partir de agenciamentos diversos: a escola, a política, a cidade, a justiça, a literatura.



Nos escritos, entrelaçando presente e passado, o futuro é trazido numa outra perspectiva de entendimento sobre a infância, fazendo abrir mão de formas já estabelecidas que enquadram a produção de conhecimentos sobre a criança em estruturas prévias. A autora reuniu textos sobre infância, juventude e adolescência, produzidos através de pesquisas, docência e extensão, bem como atuação clínica, desde a década de 1970. A infância como objeto de estudos e pesquisas significou um mergulho nas insuspeitas e profundas ligações de afeto e memória que o tema incita.

Durante anos, tendo como base a psicologia, a autora impôs-se o desafio de entender a infância num mundo em transformações aligeiradas, que configuram nossos modos de vida, atravessados por formas diversas de comunicação, de vivências do tempo acelerado do espaço real e virtual, e por experiências de convivência, que, por vezes, causam estranhamento à nossa condição humana. Nesse contexto, necessário se faz problematizar as concepções estruturais que têm orientado o modo de pensar e lidar com a infância.

Juntos, os textos tecem considerações sobre a vida na contemporaneidade, discutindo os impasses em torno do lugar das crianças na sociedade. Para a autora, nada parece mais antigo do que a noção ainda prevalente que equaciona as crianças a seres que devem ser “preenchidos” com a razão e o conhecimento de outrem.

Uma análise crítica é feita sobre a cronologia criada pelas ciências humanas, concebendo o curso da vida e, nele, a infância, possibilitando que a idade sirva para a elaboração de um conjunto de normas de comportamentos, definindo o lugar social do indivíduo, ao mesmo tempo em que ajusta suas expectativas individuais aos sistemas etários de direitos e deveres. Assim, normalizaram-se os percursos biográficos em fases e estágios

de vida humana, delimitaram-se as possibilidades que cada indivíduo tinha de **desejar ser**. Por definição, a sociedade moderna concebeu a criança como uma fase preparatória para a vida produtiva, como um ser ainda não pronto, não socializado, imaturo para participar da vida em sociedade. Teorias sobre o desenvolvimento destacaram a idade, o estrato etário, nos processos de evolução e preparação. Hoje, somos levados a acreditar que certos saberes sobre crianças, jovens e adolescentes permanecem devedores das determinações históricas e culturais.

Diante do exposto, torna-se necessário desconstruir a diferença entre crianças e adultos, tal como foi produzida pelo pensamento evolucionista, desenvolvimentista, e construir outros significados de diferenciação presentes nas dinâmicas sociais, intergeracionais e intrageracionais atuais. A proposta trazida é, portanto, investigar como os atores – crianças e adultos – emergem e se produzem no bojo das redes sociais e históricas.

Entremeando as dimensões sociológica, filosófica e política, fica evidenciado que as diferenças entre adultos e crianças, bem como entre as crianças, servem para questionar a ordem vigente, levam a discussões sobre, por exemplo, quem é cidadão, quem pode participar, que virtudes a cidadania requer em seus dispositivos de produção de exclusão, de marginalização, de silenciamento. Isso nos permite questionar os lugares que se tornaram naturalizados e essencializados para a infância.

Os textos fazem pensar que as crianças não têm sido reconhecidas como atores sociais. Mesmo quando agem, elas tendem à invisibilidade, menorizadas sem participar da construção e da inteligibilidade do mundo. No entanto, é possível recuperar a polêmica da ação criadora e a capacidade de inventar e reinventar o mundo trazida pelas crianças. Compreende-se que os sentidos da vida para as crianças e os adultos são estabelecidos pela convivência, num mundo compartilhado.

Nesta perspectiva, os acontecimentos vividos em cada cultura podem problematizar a linearidade temporal da história, indicando que nela valem as repetições, os retornos e os desvios que se sobrepõem ao que aparentemente flui. Há, então, a possibilidade de outras visões frente ao constrangimento da linearidade. Reflexões, a partir da filosofia, são indicadas para elucidar outra temporalidade, auxiliando na ruptura com a cronologia e com a quantificação da realidade, proposta intensificada em cada texto.

A criança é alguém que tem a virtude de se lançar no mundo – agir, mesmo quando não conhece a realidade. Frente aos assombros das iniciações, ela tende a inventar e nem sempre suas ações correspondem ao que dela se espera ou a maneiras pré-estabelecidas de caminhar e fazer – a infância é o lugar da (nov)idade. Esta inserção no mundo não seria também significativa para o agir do adulto frente aos assombros que a vida provoca? Essa e outras questões saltam em nós no diálogo com os artigos apresentados.

O primeiro capítulo desenvolve o tema enunciado no título do livro, *O futuro da infância: os impasses nas relações intergeracionais e das crianças com seus pais*. Com referenciais históricos, são abordadas situações vividas pelas crianças durante o período do Brasil Colônia e no Império, mostrando que a infância cumpriu um papel importante na emergência do Brasil Moderno ao se colocar como principal protagonista do novo laço, que ungiu homens

e mulheres adultos das novas elites do país ao Estado Nação. Atrelando o passado ao presente e refletindo sobre o futuro, a autora se vale da filmografia para articular produções, dando um tom visual e emocional ao estudo. Com os filmes descritos, nos posicionamos frente a complexidade das relações inter e intrageracionais. É assinalada a importância do adulto na vida da criança e das crianças entre si, destacando o valor da experiência como troca para a compreensão do mundo. É possível pensar as diferentes infâncias, como também o era no período escravocrata. Pensa-se na infância como não universalizada, pois, dependendo do modo como vivem, crianças podem não parecer crianças. Tal situação nos conduz a pensar o futuro da infância. Trata-se de um texto contagiante.

No texto seguinte, *As crianças e a política: o que a infância tem a ver com a democracia?*, a proposta é explorar possíveis conexões entre o campo da política e o dos estudos da infância. Nele se discute como as ideias convencionais relativas à comunidade política moderna carregam uma relação intrínseca com teorias da subjetividade. Contrapondo-se à perspectiva teórica desenvolvimentista, é analisado como algumas concepções mais generosas em relação à infância têm podido rever a posição marginal dada às crianças na sociedade. São apresentados dados empíricos de um recente projeto de pesquisa sobre a participação de crianças na escola, com o objetivo de discutir como as crianças lidam com as diferentes situações de modo a conseguir falar por si próprias e construir um ponto de vista singular, diferente daquele dos adultos, acerca de sua experiência nessa instituição, na qual se observa a dificuldade de participação democrática, política. E nos perguntamos: a democracia poderia vir a ganhar se ela incluísse as crianças, até agora marginalizadas das práticas políticas atuais?

Reconhecendo que a escola é uma das experiências mais marcantes da vida das crianças, o capítulo seguinte focaliza, a partir de dados de pesquisa, esta instituição. Em *A criança e a escola: ao encalço da “longa revolução”*, ficam registradas as dificuldades de acolhimento e de vivacidade do contexto escolar. Muitas questões evocam a forma como a escola hoje se apresenta e como as crianças entendem suas práticas, que tendem a uma formação regulada tão somente pelas oportunidades do mercado de trabalho em uma economia capitalista, pautada no individualismo e na competitividade. Não haveria outras formas de realizar as ações de mestre? Como crianças e adultos podem ser protagonistas na escola e nela instituir práticas que os instrumentalizem para a vida em sociedade?

No capítulo *A aventura da ação e a participação das crianças na cidade*, ao situar a experiência urbana como uma aventura, o texto expressa a convicção de que, na vida urbana, também estão o incompreensível e o invisível a nos desafiar através dos problemas, sustos e perigos. As crianças têm realizado esta aventura na cidade e isso pode servir de caminho para com elas entendermos o como e o por quê se age desta ou daquela forma, num espaço público. O território coletivizado da vida na cidade pode ser o lugar para, com a criança, entender as relações sociais e culturalmente determinadas frente aos desafios da participação cotidiana.

No capítulo *A infância e seus direitos: são eles a única via de emancipação das crianças?*, discute-se a emergência de garantias para as crianças, adquiridas recentemente, e como tal progresso está crivado de dificuldades, conduzindo, algumas vezes, a retrocessos em lugar

dos avanços que se esperam. Quanto à concretude da garantia dos direitos das crianças, duas dificuldades são levantadas. A primeira é o aparente ordenamento que a inteligibilidade jurídica empresta às tensões oriundas das práticas sociais de convivência entre crianças e adultos. Outra dificuldade diz respeito à problematização da verdade jurídica, materializada na forma da lei, como referência última da ética de convivência social entre adultos e crianças. Analisando os direitos de crianças e adolescentes hoje no Brasil, entre outras questões, interroga-se: afinal, como afirmar a posição da criança como sendo sujeito de direitos e, ao mesmo tempo, mantê-la tutelada? Em que sentidos a condição de igualdade da criança pode viabilizar contextos reais de interlocução e ação para a mesma? Como compatibilizar os cuidados devidos à criança e, simultaneamente, impedir que a proteção se torne uma forma de dominação? Como equacionar os direitos das crianças e os dos pais, e dos adultos de forma geral? Estas inquietações mobilizam o pensamento. Aqui, mais uma vez, a participação e a ação da criança são tomadas para respaldar sua condição de sujeito de direito.

Para finalizar, temos um conto literário: *Infância*. Para falar da condição humana é usada a interdisciplinaridade, trazendo a literatura para figurar entre artigos científicos. A narrativa traz uma forma outra de texto, rompendo com os ditames da produção acadêmica na psicologia, área de referência para os trabalhos da autora. No conto, as memórias da infância trazem aquilo que ficou marcado, interiorizado no adulto. Com os registros aparecem muitos significados e sentidos produzidos ao longo dos outros escritos do livro. Trata-se de uma outra forma de dizer – com arte. Escrito com emoção, no bom estilo graciliano, as imagens retratadas dão ao leitor a ideia das cenas vividas pela criança com adultos e com outras crianças. Aqui, aparecem a astúcia e a criatividade da criança para conhecer o mundo, para o enfrentamento do imprevisível, embora submetida ao poder do adulto que a humilha, agride, desconsidera, usurpa seus direitos. Crianças se mostram capazes de compartilhar ações para subverter a ordem que as priva de ser. A narrativa emocionante indica que nada do que um dia aconteceu, como um encontro na infância, fica fora da vida adulta. No conto estão as marcas trazidas como propósito de ressignificação da concepção de infância e a perspectiva de futuro que a ela se associa.

Com a intensidade do mergulho, provocada pela reunião de escritos produzidos ao longo do tempo, considero que este livro é uma obra de referência sobre a temática da infância, e nela o lugar da criança na sociedade. Podemos dizer que o livro subverte a ordem das teorias que veem as crianças sob medida. Trata-se de uma proposta para todos que lidam com a tarefa incomensurável de compreender a infância. Mais que respostas, o leitor encontrará nele uma proposta de diálogo, inquietante, com as relações históricas, sociais e culturais e, a partir disso, poderá pensar como é constituída a infância hoje e imaginar o futuro. Quanto a novos tempos, aprendemos que a esperança nos faz acreditar que é possível mudar o que está posto.

Mariangela da Silva Monteiro

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

REFERÊNCIA

CASTRO, Lucia Rabello de. *O futuro da infância e outros escritos*. Rio de Janeiro, 7letras, 2013.

levantamento bibliográfico

Nesta seção, apresentamos o levantamento bibliográfico dos livros publicados nas áreas de ciências sociais e humanas no Brasil sobre infância e juventude no período de janeiro a dezembro de 2013 cujas informações puderam ser obtidas nos sites de suas editoras.

- 1** *A casa, a escola, a rua: espaços de múltiplas práticas juvenis*
ISBN 9788538601999
AUTORA: Carmen Teresinha Brunel do Nascimento
EDITORIA: EDUFRGS, 176pgs
- 2** *A clínica gestáltica com adolescentes – caminhos clínicos e institucionais*
ISBN 9788532308948
ORGANIZADORA: Rosana Zanella
EDITORIA: SUMMUS EDITORIAL, 184pgs
- 3** *A complexidade espacial da exploração sexual comercial infantojuvenil feminina: entre táticas e estratégias de (in) visibilidade*
ISBN 9788581482965
AUTOR: Almir Nabozny
EDITORIA: PAÇO EDITORIAL, 172pgs
- 4** *A criação está no ar: juventudes, política, cultura e mídia*
ISBN 9788578261573
AUTOR: Alexandre Barbalho
EDITORIA: EdUECE, 200pgs
- 5** *A criança do século XXI – as crianças mudaram ou foi o mundo que mudou? – reflexões psicanalíticas da contemporaneidade*
ISBN 9788536244204
AUTORA: Edna Maria Romano Wallbach
EDITORIA: JURUÁ, 78pgs
- 6** *A criança no imaginário social*
ISBN 978-85-64806-82-5
AUTORES: Marília Novais da Mata Machado, Andrea Soares Wuol, Cláudio Domingos de Souza et al.
EDITORIA: EDITORA HUCITEC, 249pgs
- 7** *A criança terceirizada: os descaminhos das relações familiares no mundo contemporâneo*
ISBN 9788530808556
AUTOR: José Martins Filho
EDITORIA: PAPIRUS, 112pgs

- 8** *A escola da ponte sob múltiplos olhares – palavras de educadores, alunos e pais*
ISBN 8565848558
AUTORES: José Pacheco, Maria de Fátima Pacheco
EDITORA: PENSO, 152pgs
- 9** *A escola e os desafios contemporâneos*
ISBN 9788520012086
AUTORA: Viviane Mosé
EDITORA: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 336pgs
- 10** *A república dos meninos: juventude, tráfico e virtude*
ISBN 9788574784670
AUTOR: Diogo Lyra
EDITORA: MAUAD, 304pgs
- 11** *Adolescência – reflexões psicanalíticas*
ISBN 9788564250482
AUTOR: David Léo Levisky
editora: ZAGODONI EDITORA, 320pgs
- 12** *Brincar e reflexão na obra de Winnicott*
ISBN 9788564250536
AUTOR: André Green
EDITORA: ZAGODONI EDITORA, 80pgs
- 13** *Cibercultura, juventude e alteridade: aprendendo-ensinando com o outro no facebook*
ISBN 9788581481807)
AUTOR: Dilton Ribeiro do Couto Junior
EDITORA: PACO EDITORIAL, 164pgs
- 14** *Crianças e infâncias: educação, conhecimento, cultura e sociedade*
ISBN 9788539102761
ORGANIZADORAS: Magali Reis, Maria do Carmo Xavier e Lorene dos Santos
EDITORA: ANNABLUME, 210pgs
- 15** *Criatividade na escola – o desenvolvimento de potencialidades, altas habilidades / superdotação (AH/SD) e talentos*
ISBN 9788536242699
COORDENADORAS: Fernanda Hellen Ribeiro Piske e Sara Bahia
EDITORA: JURUÁ, 202pgs
- 16** *Da produção histórica da criança/ infância à afirmação dos devires crianceiros*
ISBN 9788581481104
AUTOR: Rafael de Oliveira Rodrigues
EDITORA: PACO EDITORIAL, 140pgs
- 17** *Depressão na infância e adolescência*
ISBN 9788575856949
AUTORES: Rildésia S. V. Gouveia, Valdiney Veloso Gouveia
EDITORA: VETOR, 108pgs
- 18** *De que sofrem as crianças, hoje?*
ISBN 9788580426304
AUTOR: Leila Guimarães Lobo de Mendonça
EDITORA: EDITORA CRV, 140pgs

- 19 **Educação escolar de jovens e adultos**
ISBN 9788530806644
AUTORA: Stela C. Bertholo Piconez
EDITORIA: PAPIRUS, 144pgs
- 20 **Educação e saúde: considerações sobre o processo de integração e inclusão escolar**
ISBN 9788581481906
ORGANIZADORES: Renata C Bianchi de Barros, Fernando César Paulino-Pereira e Jáima Pinheiro de Oliveira.
EDITORIA: PACO EDITORIAL, 216pgs
- 21 **Educação, imagem e mídias**
ISBN 9788524920103
autora: Cristina Costa
editora: CORTEZ, 208pgs
- 22 **Educação para jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade: questões, avanços e perspectivas**
ISBN 9788581483900
AUTOR: Elionaldo Fernandes Julião
EDITORIA: PACO EDITORIAL, 324pgs
- 23 **Éramos jovens na guerra: cartas e diários de adolescentes que viveram a Segunda Guerra Mundial**
ISBN 9788539004300
AUTORAS: Sarah Wallis, Svetlana Palmer.
EDITORIA: OBJETIVA, 288 pgs
- 24 **Estatuto da criança e do adolescente: Doutrina e Jurisprudência**
ISBN 9788522472192
AUTOR: Válter Kenji Ishida
EDITORIA: ATLAS, 768pgs
- 25 **Família e poéticas da infância – relatos autobiográficos**
ISBN 9788536241425
ORGANIZADORES: Elaine Pedreira Rabinovich, Lílian Caixêta Reis, Teresa Cristina Merhy Leal e Vanderlay Santana Reina
EDITORIA: JURUÁ EDITORA, 202pgs
- 26 **Indisciplina, conflitos e bullying na escola**
ISBN 9788575912775
AUTORAS: Joe Garcia, Luciene Regina Paulino Tognetta e Telma Pileggi Vinha
EDITORIA: MERCADO DE LETRAS, 92pgs
- 27 **Infâncias do campo**
ISBN 9788582171554
ORGANIZADORAS: Ana Paula Soares da Silva, Aracy Alves Martins, Isabel de Oliveira e Silva
EDITORIA: AUTÊNTICA, 288pgs
- 28 **Infância e juventude em contextos de vulnerabilidades e resistências**
ISBN 9788564250512
ORGANIZADORES: Ilana Lemos de Paiva, Marlos Alves Bezerra, Geórgia Sibebe Nogueira da Silva, Périsson Dantas do Nascimento.
EDITORIA: ZAGODONI, 272pgs

- 29 ***Infância, juventude e família na justiça***
ISBN 9788565540049
ORGANIZADORAS: Dayse Cesar F. Bernardi, Maria Luiza Clemente, Célia S. Schiavon e Ana Maria da Silveira
EDITORA: EDITORA PAPEL SOCIAL, 264pgs
- 30 ***Jovens e música – um guia bibliográfico***
ISBN 9788539304257
AUTORA: Margarete Arroyo
EDITORA: editora UNESP, 121pgs
- 31 ***Juventude no século XXI: dilemas e perspectivas***
ISBN 9788580580174
ORGANIZADORAS: Heloisa Dias Bezerra, Sandra Maria de Oliveira
EDITORA: CÂNONE Editorial, 216pgs
- 32 ***Juventudes e estilos de vida: os usos dos lugares de lazer e sociabilidades***
ISBN 9788581483481
AUTOR: Mateus Antonio de Almeida Neto
EDITORA: PAÇO EDITORIAL, 140pgs
- 33 ***Múltiplas trajetórias juvenis: territórios e rede de sociabilidade***
ISBN 9788581480855
AUTOR: Nécio Turra Neto
EDITORA: PACO EDITORIAL, 328pgs
- 34 ***Música e educação infantil***
ISBN 9788530810337
ORGANIZADORAS: Beatriz Ilari e Angelita Broock
EDITORA: PAPIRUS, 224pgs
- 35 ***Ninguém nasce sabendo: crônicas sobre a educação no século 21***
ISBN 9788532309075
AUTORA: Anna Veronica Mautner
EDITORA: SUMMUS EDITORIAL, 160pgs
- 36 ***O brincar da criança – estudo sobre o desenvolvimento infantil***
ISBN 9788532645623
AUTOR: Philippe Gutton
EDITORA: VOZES, 328pgs
- 37 ***O futuro da infância e outros escritos***
ISBN 97885421008911
AUTORA: Lucia Rabello de Castro
EDITORA: 7LETRAS, 225pgs
- 38 ***O que o IDEB não conta? Processos e resultados alcançados pela educação básica***
ISBN 9788576721628
ORGANIZADORAS: Maria da Assunção Calderano, Lecir Jacinto Barbaconi, Margareth Conceição Pereira
EDITORA: EDITORA DA UFJF, 224pgs
- 39 ***Orientação vocacional: o que as escolas têm a ver com isso?***
ISBN 9788530810443
AUTORA: Deborah Bulbarelli Valentini
EDITORA: PAPIRUS, 160pgs

- 40** *Organização escolar e democracia radical – Paulo Freire e a governação democrática da escola pública*
ISBN 9788524920141
AUTOR: Licino C. Lima
EDITORIA: CORTEZ, 128pgs
- 41** *Os tortuosos caminhos da educação brasileira*
ISBN 9788565848770
AUTOR: Cláudio de Moura Castro
EDITORIA: ARTMED, 232pgs
- 42** *Polegarzinha*
ISBN 9788528616460
AUTOR: Michel Serres
EDITORIA: BERTRAND BRASIL, 96pgs
- 43** *Políticas e gestão da educação: desafios em tempos de mudanças*
isbn 9788574963181)
ORGANIZADORES: Angela Maria Martins, Adolfo Ignacio Calderón, Pedro Ganzeli & Teise de Oliveira Guaranha Garcia
EDITORIA: AUTORES ASSOCIADOS , 304pgs
- 44** *Política e polícia: cuidados, controles e penalizações de jovens*
ISBN 978859827189
AUTOR: Acácio Augusto
EDITORIA: LAMPARINA, 224pgs
- 45** *Psicanálise e educação*
ISBN 9788580540772
ORGANIZADORA: Maria de Lourdes Soares Ornellas
EDITORIA: FINO TRAÇO, 208pgs
- 46** *Seminário de psicanálise de crianças*
ISBN 9788578276362 (reedição)
AUTORA: Françoise Dolto
EDITORIA: MARTINS FONTES, 504pgs
- 47** *Sexualidade adolescente como direito? a visão de formuladores de políticas públicas*
ISBN 9788575112762
AUTORA: Vanessa Leite
EDITORIA: CLAM/EdUERJ, 210pgs
- 48** *Sobre educação e juventude*
ISBN 9788537810323
AUTOR: Zygmunt Bauman
EDITORIA: ZAHAR, 136pgs
- 49** *Socialismo e educação*
ISBN 9788580541298
ORGANIZADORES: Antônio Júlio Menezes Neto, Hormindo Pereira S. Júnior, Pablo Luiz de Oliveira, Paulo D. Fraga.
EDITORIA: FINO TRAÇO , 156pgs

Normas para todas as seções

Os artigos, entrevistas ou resenhas serão submetidos, em português ou espanhol, ao Conselho Editorial ao qual cabe a responsabilidade de recomendar ou não sua publicação.

O Conselho pode fazer uso de consultores *ad hoc*, além de se reservar o direito de propor modificações que venham a contribuir com a clareza do texto.

Serão aceitos apenas artigos, entrevistas e resenhas inéditos.

Uma vez a submissão tenha sido aprovada para publicação, sua versão para o espanhol, ou para o português, conforme o caso, será solicitado aos autores, que terão um prazo determinado para enviá-la.

Todos os artigos ou resenhas enviados para submissão deverão estar como documento Word, em extensão “.doc” ou “.docx”, fonte Arial 11, espaço duplo.

Normas específicas para a seção

TEMAS EM DESTAQUE

Os artigos dessa seção devem abordar criticamente algum tema ou problema que diga respeito à infância e/ou juventude no contexto latino-americano. Os artigos são voltados a um público não especialista e, neste sentido, serão privilegiadas a clareza e a simplicidade da escrita.

1. Os artigos devem ter de duas mil e quinhentas a quatro mil palavras, fonte Arial 11, em extensão .doc ou .docx, espaçamento duplo.

2. Devem ser inseridas no final do texto até 4 (quatro) palavras-chaves (português e espanhol).

3. Um resumo de aproximadamente 150 palavras deverá ser enviado que servirá para apresentar o artigo na homepage da revista.

4. Gráficos, tabelas e figuras: deverão ser enviados separadamente e estar sinalizados no corpo do texto, próximos aos locais de interesse. Devem estar numerados sequencialmente. Em relação às imagens, os autores devem ter assegurado os direitos de uso, cuja comprovação deve ser enviada à revista.

5. Para citações de autores no corpo do texto deve ser usada o sistema autor data (ex. LIMA, 1999, p. 27).

6. Para as referências bibliográficas, colocadas em ordem alfabética ao final do texto, o autor deve seguir o seguinte formato:

LIVROS

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 12ª ed.. São Paulo: Global, 2012.

REVISTAS OU PERIÓDICOS

TORRES, M. Carmen Euler e CASTRO, Lucia Rabello de. Resgatando e atualizando os sentidos da autoridade: um percurso histórico. *Paidéia* (USP) 19 (42), 87-96, 2009.

CAPÍTULO DE LIVRO

GALINKIN, Ana Lucia e ALMEIDA, Angela M. de Oliveira. Representações sociais da violência entre adolescentes e professores de classe média. Em L. Rabello de Castro e J. Correa (orgs.), *Juventude Contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais*, pags. 229-232. Rio de Janeiro: Nau/Faperj.

REFERÊNCIA ELETRÔNICA

Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. IHA 2009/2010: Adolescentes negros do sexo masculino são as principais vítimas de homicídios no Brasil. Disponível em: http://www.obs-criancaeadolescente.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=722:iha-20092010-adolescentes-negros-do-sexo-masculino-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-no-brasil&catid=34:noticias&Itemid=106. Acesso em 14 de abril de 2013.

Normas específicas para a seção

ESPAÇO ABERTO

Esta seção destina-se à publicação de entrevistas, escritas ou em vídeo, que versem sobre tema atual e/ou controverso na área da infância e juventude. As entrevistas devem ter o objetivo de expor a opinião do entrevistado, como também de explorar, junto com ele, a complexidade do debate sobre a questão. Elas visam, sobretudo, obter pronunciamentos que estejam propensos a analisar aspectos favoráveis e desfavoráveis do tema abordado.

1. A parte inicial da entrevista deve conter uma apresentação breve do entrevistado e as razões que levaram o entrevistador a entrevistá-lo sobre o tema em pauta. O entrevistador deve também situar seu lugar de fala e interesse sobre o assunto.
2. Para sondagem de interesse sobre temas e entrevistados prospectivos, o entrevistador pode entrar em contato com o Conselho Editorial.
3. As entrevistas devem ter de duas a três mil palavras, ou de 10 a, no máximo, 20 minutos de duração.
4. Caso sejam enviadas em vídeo, deverão ser encaminhadas em DVD de dados (arquivo de alta resolução SD ou HD, formato .mov ou .avi) com a respectiva transcrição em Word, em DVD lacrado com o nome do entrevistado e do entrevistador na parte externa do disco.

Normas específicas para as RESENHAS

INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

Esta seção destina-se à publicação de avaliações críticas de publicações recentes na área da infância e juventude que tenham registro no sistema ISBN.

As resenhas devem ter entre mil e quinhentas a duas mil palavras, fonte Arial 11, em extensão .doc ou .docx, espaçamento duplo.

Uma imagem da capa do livro resenhada, em arquivo .jpg ou .tiff, resolução 300 dpi, deverá ser enviada em arquivo separado.

A resenha deve conter uma ficha técnica contendo os dados da publicação: título, autor, editora, cidade, ano, número de páginas, ISBN.

A resenha deve ter título diferente do livro resenhado.

Envio do material

Os artigos, entrevistas e resenhas devem ser enviados pelo site da revista www.desidades.ufrj.br. Os autores serão notificados do recebimento do material enviado.

Na publicação de qualquer material, seus direitos autorais são imediatamente cedidos à **DESIDADES** sem ônus para a revista. O autor poderá, no entanto, publicar esse material posteriormente, na íntegra, ou parcialmente. Os autores são inteiramente responsáveis pelo conteúdo de seus artigos publicados.

Contatos

DESIDADES
Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude

Instituto de Psicologia / NIPIAC
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Av. Pasteur 250
22290 902 Rio de Janeiro RJ Brasil
55 21. 2295-3208 55 21. 3873-5328
www.desidades.ufrj.br

DESIDADES

Revista Eletrônica de Divulgação Científica
da Infância e Juventude

Instituto de Psicologia / NIPIAC
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Av. Pasteur 250
22290 902 Rio de Janeiro RJ Brasil
55 21. 2295-3208 55 21. 3873-5328
www.desidades.ufrj.br